



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 100/2024
(COMPRASNET Nº 90100/2024)
(REGISTRO DE PREÇOS)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA COMPLEMENTAR DE CUNHO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL (AUXILIAR DE CRECHE, CUIDADOR, INSPETOR DE DISCIPLINA, MERENDEIRA E SERVENTE) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITATIAIA / RJ, POR PERÍODO DE 12(DOZE) MESES, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N. 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: PELO MENOR PREÇO GLOBAL.

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:

Início: 10/12/2024, às 08:00h

DATA E HORA DA DISPUTA:

Dia: 26/12/2024, às 10:00h

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS / ESCLARECIMENTOS: até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço licitacapmi.itatiaia@gmail.com.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 100/2024
(COMPRASNET Nº 90100/2024)

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 5824/2024
(REGISTRO DE PREÇOS)

A Diretoria de Licitações/PMI, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, torna pública, aos interessados, a realização da licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico n.º 100/2024, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL**, que será realizada às **10:00 (dez horas)** do dia **26 de dezembro de 2024**, através do site www.comprasnet.gov.br, conforme objeto discriminado no **ANEXO I** deste Edital, cuja licitação será regida pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, pela Lei Complementar n.º 123/2006, pelos Decretos Municipais 4.463/2024, 4.470/2024 e pelas disposições contidas neste Edital e seus anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

- 1.1.** A Licitação será realizada em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases;
- 1.2.** Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, conforme Portaria n.º 9.007/2024;
- 1.3.** A proponente deverá observar as datas e horários previstos para a abertura de propostas, atentando também para a data e horário para início da disputa de preços, conforme disposto na folha de rosto deste Edital;
- 1.4.** As retificações do Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todas as licitantes, e serão divulgadas através do mesmo site mencionado acima, sendo assim comunicadas a todas as interessadas.
- 1.5.** O Edital poderá ser retirado no endereço eletrônico mencionado no preâmbulo deste instrumento convocatório, ou através do site oficial da Prefeitura Municipal de Itatiaia, no endereço: www.itatiaia.rj.gov.br;

2.DO OBJETO:

- 2.1.** A presente Licitação tem por objetivo a obtenção da proposta mais vantajosa **registro de preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra complementar de cunho administrativo e operacional (auxiliar de creche, cuidador, inspetor de disciplina, merendeira e servente) para atender as necessidades das unidades de ensino da rede municipal de ensino de itatiaia / RJ, por período de 12 (doze) meses**, conforme discriminado no Termo de Referência constante do **ANEXO I** do presente Edital.

3. DO CREDENCIAMENTO:

- 3.1.** Para acesso ao sistema eletrônico, as licitantes deverão dispor de login e senha particulares e intransferíveis, os quais devem ser obtidos mediante o devido credenciamento junto ao Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras.
- 3.2.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

3.3. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Itatiaia-RJ, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Quando aplicável, será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.6.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.6.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.6.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

5. DA GARANTIA CONTRATUAL.

5.1. Exigir-se-á da licitante **vencedora** uma garantia a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo §1º, art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/21, da ordem de **2% (dois por cento)** do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

5.2. Para a modalidade de seguro-garantia, o prazo para a apresentação da garantia será de até 30 (trinta) dias, contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do art. 96, §3º, da Lei 14.133/21;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

5.3. Nas demais modalidades, o prazo para a apresentação da garantia será de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato. O Prazo poderá ser prorrogável por igual período desde que devidamente justificado;

5.4. A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

5.5. Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/21, a garantia deverá ser complementada para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato;

5.6. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, a CONTRATANTE se utilizará da garantia dada para a finalidade de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela CONTRATADA, na recomposição das perdas e danos sofridos. A CONTRATADA ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 10 (dez) dias úteis seguintes à sua notificação.

5.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, conforme art. 100 da Lei nº 14.133 de 2021, mediante requerimento;

5.8. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual;

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, mediante preenchimento no sistema, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação;

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema:

6.3. Quando for o caso, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.3.1. No caso de itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.3.1.1. No caso de itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;

6.6. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.7. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

6.8. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

6.9. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.10. A falsidade da declaração de que trata os itens **6.3 a 6.8** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

7.1. O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional, com até **2 (duas) casas decimais**. Caso a licitante não atenda esta condição, o pregoeiro desconsiderará os dígitos excedentes.

7.1.2. Marca de cada item ofertado, quando aplicável;

7.1.3. Fabricante de cada item ofertado, quando aplicável;

7.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (NOVENTA) DIAS, a contar da data de sua apresentação.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas ao participarem de licitações públicas;

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8. A proposta vencedora deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso, devendo ser:

I) Redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

II) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

III) Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

IV) Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES.

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão editar a proposta anteriormente inserida no sistema;

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

8.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos, sucessivos e decrescentes;

8.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.9.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.9.6. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

8.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.14. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, será facultada a suspensão da sessão, mediante justificativa, reiniciando o ato após comunicação expressa aos participantes, nos termos do Decreto Municipal nº 4.463/2024;

8.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 05% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 05% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- I) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
- III) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

8.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II) empresas brasileiras;
- III) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

8.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro e/ou Equipe **poderá** negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.18.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.18.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9. DO JULGAMENTO:

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no **item 4.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes> e

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro e/ou Equipe diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput);

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro e/ou Equipe verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o **item 6.3** deste edital.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

9.5. Verificadas as condições de participação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estimado para a contratação, conforme definido no edital e seus anexos;

9.6. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que envie, no prazo máximo de 04 (quatro) horas, a proposta conforme o modelo constante no ANEXO II, juntamente com as planilha de composição de custos, conforme modelos constantes nos ANEXOS III a VIII do edital, todos adequados ao último lance ofertado;

9.7. O prazo de que trata o item 9.6 poderá ser prorrogado por igual período nas seguintes situações:

9.7.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro ou pela comissão de contratação, quando o substituir; ou

9.7.2. De ofício, a critério do Pregoeiro ou da comissão de contratação, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da propostas;

9.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.11. Serão desclassificadas as propostas que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Edital e seus anexos, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

9.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.13. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando por meio do sistema a nova data e horário para a sua continuidade.

9.16. Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade da proposta, o pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante conforme disposições do edital licitatório.

10. DA HABILITAÇÃO:

10.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.1.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia.

10.1.3. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro e/ou Equipe.

10.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de Empresário Individual ou Sociedade Empresária;

b) Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de Sociedade Simples;

c) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado no órgão correspondente;

d) O Contrato Social deverá ser apresentado em sua constituição original e última alteração, se houver, ou na forma consolidada;

e) Documentos de eleição dos atuais Administradores, tratando-se de Sociedades por Ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "c", deste subitem;

f) Ato Constitutivo devidamente registrado, tratando-se de Sociedades Cíveis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

g) Decreto de Autorização e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

h) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;

c) Certidão Negativa de Débitos, expedida pela União, constando regularidade junto à Secretaria da Receita Federal, à Dívida Ativa da União e às Contribuições Previdenciárias;

d) Certidão Negativa de Débitos, expedida pela Secretaria de Fazenda Estadual, incluindo Certidão Negativa da Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado;

e) Certidão Negativa de Débitos, expedida pela Secretaria de Fazenda Municipal, relativa à sede da licitante;

f) Certidão de Regularidade de Débitos para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos da Lei Federal n.º 12.440, de 07/07/2011.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

h) Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.3.1 - Para todas as certidões fiscais solicitadas, será admitida apresentação de Certidão Positiva com Efeito de Negativa.

10.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Pedido de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da proponente, que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. Caso as certidões sejam apresentadas sem indicação do prazo de validade, serão consideradas válidas, para este certame, aquelas emitidas há, no máximo, 90 (noventa) dias da data estipulada para a abertura da sessão;

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos **dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

b.1) A comprovação da boa situação financeira das licitantes será avaliada pelo índice de Liquidez Geral (LG), o qual deverá ser igual ou superior a 1 (um), após aplicação da fórmula abaixo, devendo o índice solicitado vir demonstrado em documento próprio, anexado ao Balanço solicitado acima, devidamente assinado pelo representante legal da licitante e seu contador, com número do CRC indicado.

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a LP}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a LP}} \geq 1$$

c) Prova de possuir capital mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação nos termos do Art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021;

d) Garantia de proposta no percentual de 1% (um por cento) do valor global estimado para a licitação, que será devolvida à licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis após assinatura do contrato ou a data em que for declarada fracassada a licitação, nos termos do art. 58 da Lei Federal n. 14.133/2021, implicando na execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação de documentos para contratação.

e) O Balanço Patrimonial de que trata este item deverá ser apresentado inclusive pelas empresas optantes pelo SIMPLES.

f) As licitantes concorrentes como MEI, para comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão apresentar a Declaração Anual do Simples Nacional (DASN-SISMEI) ou a DECORE (Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos), referente ao último exercício financeiro.

g) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

h) Os documentos referidos na alínea “b” limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos nos termos do § 6º do art 69, da Lei Federal 14.133/2021.

10.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) A Licitante deverá apresentar certidão de registro de regularidade junto ao Conselho Regional competente CRA - Conselho Regional de Administração, onde fique demonstrada a indicação do profissional responsável técnico da empresa;

b) Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s), de direito público ou privado, comprovando a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, comprovando atendimento de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos previstos no termo de referência.

c) A comprovação de vínculo do profissional responsável técnico poderá se dar através da apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, ficha de registro de empregado constando a Licitante como empregadora, contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, contrato de trabalho ou prestação de serviços em que conste o profissional como responsável técnico, certidão de registro da licitante em entidade profissional competente em que conste o profissional como responsável técnico ou, ainda, declaração de que, caso vencedora, a licitante efetivará a contratação do profissional citado para atuar como responsável técnico pelo objeto contratado, de cuja declaração deverá constar anuência do profissional;

d) Declaração expressa pela licitante que os serviços serão executados em conformidade com o contrato.

e) Declaração expressa da licitante, informando que recebeu toda documentação técnica deste edital e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

10.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

10.7. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DOS RECURSOS.

11.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

11.1.1. O prazo citado no **item 11.1** não será inferior a **30 (trinta)** minutos;

11.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de **três dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

11.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de **três dias úteis**, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso;

11.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses;

11.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica;

13.2. O Pregoeiro e/ ou Equipe poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

13.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens 12.1 e 12.2, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

14.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior adjudicará e homologará a licitação.

15. DO CADASTRO RESERVA

15.1. Em cumprimento ao art. 82, inc. VII da Lei 14.133/2021 c/c art. 10, inc. VII do Decreto Municipal nº 4.470/2024, após a adjudicação do lote, as demais licitantes classificadas **poderão** manifestar, no sistema eletrônico do Pregão, a redução dos seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada, com vistas a formarem o **cadastro de reserva**. O cadastro de



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

reserva será registrado na ata da sessão do Pregão, observada a sequência da classificação do certame;

15.2. Se houver mais de uma licitante que se registre no cadastro de reserva, estas serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

15.3. O (s) registro (s) de licitante (s) no cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada. Não será permitida a apresentação de propostas, nesta etapa, inferiores aos valores da proposta da licitante mais bem classificada na etapa competitiva;

15.4. O registro de licitantes com preços ao valor da proposta da licitante vencedora da licitação implicará em realização de nova ordem de classificação das demais licitantes;

15.5. No caso de exclusão da licitante adjudicatária, será convocada pelo Pregoeiro a segunda colocada da nova ordem de classificação para apresentar sua proposta e sua documentação para avaliação da mesma. Caso esta empresa seja desclassificada ou inabilitada, outra licitante será chamada ao certame, na nova ordem da classificação, até que se encontre proposta que atenda aos critérios de julgamento da licitação;

15.6. A habilitação das licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente. Neste caso, a sessão do Pregão será reaberta para análise da documentação e da proposta da licitante melhor colocada na ordem de classificação.

16. DA FORMALIZAÇÃO, VALIDADE E ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Não será permitida a licitante ofertar proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital;

16.2. Homologado o resultado da licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, que constitui documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, com validade de **12 (doze) meses** contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços;

16.3. A Prefeitura, através do Departamento de Licitações, convocará formalmente a licitante classificada em primeiro lugar para a assinatura da Ata de Registro de Preços, gerada a partir da homologação da licitação, no prazo de três dias úteis, sob pena de decair de seu direito ao registro. Nesse caso, a Contratante poderá convocar o segundo colocado no Pregão de Registro de Preços ou mesmo suspender a contratação do objeto;

16.3.1. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Município de Itatiaia.

16.4. É facultado ao Município de Itatiaia, quando a licitante vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços, nos prazos e condições estabelecidos no item anterior, convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação.

16.5. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar a Ata de registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

16.6. A existência de preços registrados não obriga o Município de Itatiaia a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específicas para a aquisição de produtos e/ou materiais ora licitados nos termos do art 25 do Decreto Municipal nº 4.470/2024;;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

16.7. A Contratada deverá manter sempre atualizada a condição de habilitação exigida no presente Edital, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, podendo a fiscalizadora exigir a comprovação desta manutenção sempre que julgar necessário;

16.8. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente Pregão poderá ser aderida, nos termos do art. 86 da Lei Federal 14.133/2021 c/c art. 23 e 24, do Decreto Municipal n.º 4.470/2024;

16.9. Constitui-se Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços decorrente deste Pregão de SRP a Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Licitações, em relação à autorização de adesão, validade dos preços e sua economicidade, e todos os demais atos definidos no Decreto Municipal n.º 4.470/2024, e como Órgão Gestor/Participante a Secretaria Municipal de Educação;

16.10. Os Municípios ou Órgãos Não Participantes que solicitarem adesão à Ata serão os únicos e totais responsáveis em relação à economicidade da Ata aderida.

17. DO PAGAMENTO, REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO:

17.1. O processamento para pagamento observará a legislação pertinente à legalidade da despesa pública (Decreto Municipal n.º 3.316/19 e Instrução Normativa CGM n.º 01/22), e será realizado da seguinte forma:

17.2. Os pagamentos pelos serviços prestados serão efetuados mensalmente no prazo de até 30(trinta) dias após apresentação de fatura devidamente atestada pela Fiscalização.

17.2.1. O pagamento dos serviços executados será efetuado por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com as medições efetuadas pela fiscalização do contrato.

17.3. Para efeitos de pagamento, a Contratada deverá apresentar documentos de cobrança constando de forma discriminada a efetiva discriminação do serviço prestado, o quantitativo de serviço efetivamente prestado, informando ainda o nome e número do banco, agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado;

17.4. A Contratada deverá apresentar, juntamente aos documentos de cobrança, Certidão de comprovação de regularidade junto as Contribuições Previdenciárias, junto ao FGTS, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

17.4.1. A Contratada deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica com **QR CODE** ou **CÓDIGO DE BARRAS**;

17.5. Os documentos de cobrança, juntamente com as Certidões deverão ser entregues pela Contratada, ao fiscal do Contrato, com protocolo de recebimento;

17.6. Caso o objeto executado seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste Edital, no Termo de Referência anexo a este e no Contrato Administrativo gerado para a sua execução, ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a licitante vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento;

17.7. Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do seu recebimento, o fiscal do Contrato deverá encaminhá-lo para pagamento;

17.8. Havendo atraso no pagamento que tenha dado causa a Contratante, a Contratada fará jus a 0,033% (trinta e três milésimo por cento) por dia útil de atraso, calculado sobre o valor da fatura em atraso, fazendo jus a Contratante ao mesmo percentual de desconto em caso de antecipação do pagamento;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

17.9. Durante a vigência, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de quebra do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124, da Lei Federal 14.133/2021 c/c os art. 19 e 20 termos do Decreto Municipal nº 4.470/2024;

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. No caso de descumprimento do disposto no contrato ou cometimento das faltas dispostas no artigo 155, da Lei Federal nº 14133/2021, o Município, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da Lei Civil, aplicará à Contratada, conforme o caso, as penalidades previstas no artigo 156 da mesma Lei, observado a ampla defesa e contraditório, pela ordem, as seguintes penalidades:

I - Advertência escrita - comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

II - Multa - deverá observar os seguintes limites máximos:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obra não cumprida;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou da Ata de Registro de Preços, independente da aplicação de outras sanções previstas em lei, nas hipóteses de o adjudicatário se recusar a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou não aceitar ou retirar a ordem de fornecimento, caso de recusa em efetuar a garantia contratual ou apresentar documentos irregulares ou falsos;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido as infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155;

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido as infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo.

18.2. No caso de reincidência específica, a multa moratória deverá corresponder ao dobro do valor daquela que tiver sido inicialmente imposta, porém deverá observar sempre o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

18.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV da cláusula 18.1 poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no inciso II, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO:

19.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, prazo que iniciará na data de assinatura da mesma, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços;

19.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, de acordo com o art. 14, do Decreto Municipal n.º 4.470/2024;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

19.3. A licitante vencedora deverá seguir todas as determinações constantes Edital Licitatório e seus anexos;

19.4. A Contratada deverá fornecer mão de obra especializada, todos os uniforme, EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) necessários para a prestação dos serviços;

19.5. Havendo necessidade excepcional, nos casos em que não for possível a interrupção dos serviços ou quanto a sua execução somente puder ocorrer em horários fora expediente, poderá ser solicitado;

19.6. A Contratada deve adotar medidas rigorosas em relação à segurança, cumprindo todas as regras e normas aplicáveis à prestação dos serviços;

19.7. A equipe deverá apresentar-se ao trabalho devidamente uniformizada e munida de todos os equipamentos necessários, inclusive os equipamentos de proteção individual e coletiva – EPI's e EPC's, conforme o caso;

19.8. O Município poderá determinar a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica ou de segurança, ou ainda por inobservância ou desobediência as suas determinações. Caberá à Contratada arcar com todos os ônus e encargos decorrentes, quando as razões da paralisação lhe forem imputáveis;

19.9. O objeto será recebido nos termos do art. 140, inciso I, alíneas “a” e “b”, e § 1º, 2º, 3º, da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

c) O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato;

d) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

19.10. A licitante vencedora deverá observar o prazo de execução estipulado, pois seu descumprimento ensejará no descredenciamento da mesma como fornecedora / prestadora de serviços da Prefeitura Municipal de Itatiaia, pelo período de até 05 (cinco) anos;

20. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

20.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) A Contratada executará o objeto por sua exclusiva conta e responsabilidade, inclusive a referente a perdas e danos contra terceiros, ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária;

b) A Contratada deverá manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação;

c) Ao longo de toda a execução do contrato, a contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, nos termos do art. 116, da Lei Federal nº 14.133/2021;

d) Fornecer toda e qualquer informação solicitada pela Prefeitura Municipal de Itatiaia/RJ;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

- e) As despesas relacionadas à execução do objeto são de total responsabilidade da Contratada;
- f) A Contratada deverá disponibilizar um funcionário e dispor de número telefônico e e-mail para contato imediato da Contratante;
- g) Informar a Contratante sobre qualquer dificuldade, imprevisto ou alteração no objeto, com a devida justificativa;
- h) Demais obrigações previstas no Edital Licitatório e seus anexos.

20.2. DAS RESPONSABILIDADES CIVIS DA CONTRATADA:

- a) A Contratada é responsável pela indenização de danos causados em decorrência de negligência, omissão, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos.
- b) A fiscalização ou acompanhamento da execução da contratação pelos órgãos da PMI não excluem as responsabilidades da Contratada.

20.3. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIA:

- a) Efetuar o pagamento à Contratada, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos;
- b) Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares à execução do objeto;
- c) Notificar, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da execução do objeto;
- d) Demais obrigações previstas no Edital Licitatório e seus anexos.

21. DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Os serviços objeto desta licitação, quando contratados, serão fiscalizados pela Secretaria Municipal de Educação, por meio da servidora **Renata de Paula Simões, matrícula nº 9469, inscrita no CPF nº 799.396.787-20** a ser designada formalmente para tal, que determinará o que for necessário para regularização de faltas e defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ficando os titulares da referida Secretaria como corresponsáveis;

21.2. À fiscalização do Contrato caberá:

- a) Verificar se a entrega do objeto e/ ou prestação dos serviços está sendo realizada em conformidade com as determinações deste Edital e do Contrato gerado para sua execução;
- b) Adotar as providências necessárias à preservação dos interesses do erário, promovendo a atestação das faturas, opinando pela aplicação das penalidades cabíveis em caso falhas e inadimplementos e praticar os atos indispensáveis a boa execução do Contrato sob sua responsabilidade;
- c) Emitir e cobrar, com a periodicidade determinada, os relatórios acerca da execução do Contrato, sugerindo, em tempo hábil, as providências necessárias em benefício da Administração, inclusive no tocante às hipóteses de alterações contratuais, de prorrogação, de rescisão, bem como aquelas destinadas a abertura de novo procedimento licitatório, se for o caso;

21.3. Ficam reservados à fiscalização/gestor do Contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo, e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus a Contratante ou modificação do objeto da contratação;

21.4. As decisões que ultrapassem a competência da fiscalização do Contrato deverão ser solicitadas formalmente pela Contratada à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscalizador, por intermédio dele, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

21.5. A Contratada deverá aceitar, obrigatoriamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades;

21.6. A existência e atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Administração Municipal ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da Administração Municipal ou de seus prepostos, devendo, ainda, a Contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato da Administração Municipal dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

22.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

22.2. A **IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no e-mail: licitacapmi.itatiaia@gmail.com**;

22.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sistema no prazo de até três dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

22.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sistema sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

22.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

23. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

23.1. Os preços registrados podem ser revistos para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos contratados e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, cabendo ao Órgão Gerenciador promover às negociações junto aos Fornecedores registrados, nos termos do art. 19 e 20 do Decreto Municipal nº 4.470/2024;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

23.2. Na hipótese de o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador deve convocar os Fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

23.2.1. Os Fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado devem ser liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

23.2.2. A ordem de classificação dos Fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado deve observar a classificação original;

23.2.3. Quando o Fornecedor não puder comprovadamente cumprir o compromisso, porque o preço de mercado tornou-se superior aos preços registrados, o Órgão Gerenciador pode:

a) liberar o Fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos, através de comprovantes apresentados;

b) convocar os demais Fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

23.3. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

23.4. A Contratada Registrada poderá ter seu Registro de Preços cancelado por intermédio de processo administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 21 e 22 do Decreto Municipal nº 4.470/2024, nos seguintes casos:

23.4.1. Por iniciativa do Município quando a Detentora do registro:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não assinar a Ata de Registro de Preços e/ou retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

23.5. O cancelamento do Registro de Preços pode ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados por razão de interesse público ou a pedido do Fornecedor.

23.5.1. A comunicação do cancelamento do Registro de Preço, nos casos previstos item **23.5**, deve ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou protocolo, juntando-se comprovante nos autos do Registro de Preços;

23.5.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação deve ser feita por publicação em veículo oficial de divulgação, assegurado o prazo recursal de 5 (cinco) dias.

23.6. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Município fará o devido apostilamento da revisão ou cancelamento do registro, no processo administrativo correspondente.

24. DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

24.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser revogada pelo Município:

24.1.1. Automaticamente;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

24.1.2. Por decurso de prazo de vigência;

24.1.3. Quando não restarem fornecedores registrados;

24.1.4. Pelo Município, quando caracterizado o interesse público.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

25.1. A critério desta Administração a data da licitação poderá ser transferida, ficando ainda reservado o direito de aceitar a proposta, total ou parcialmente, rejeitar todas as propostas, assim como anular ou revogar a licitação, nos moldes no art. 71, da Lei Federal n.14.133/21 e suas alterações, sem que caiba às licitantes direito a qualquer indenização;

25.1.1. O Município poderá ainda prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para a sua abertura;

25.2. A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou caso tenha sido o vencedor, a anulação do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

25.3. É facultado ao Pregoeiro, ou a autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

25.3.1. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro;

25.4. As proponentes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

25.5. O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição de sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta;

25.6. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

25.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda mediante publicação no Boletim Oficial do Município de Itatiaia;

25.8. A participação na presente licitação implica em aceitação, por parte do licitante, de todos os termos e condições deste Edital e seus anexos;

25.9. Estima-se o valor global desta licitação em **R\$ 11.255.253,96 (onze milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e três reais e noventa e seis centavos)**.

25.10. A despesa decorrente desta licitação correrá à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

a) Projeto/Atividade: 2.024, **Elemento:** 3.3.90.34.00, **Fonte de recurso:** 1500 da Secretaria Municipal de Educação;

b) Projeto/Atividade: 2.025, **Elemento:** 3.3.90.34.00, **Fonte de recurso:** 1500, da Secretaria Municipal de Educação;

25.11. Esclarecimentos adicionais sobre o presente Edital deverão ser solicitados à Diretoria de Licitações, na Praça Mariana Rocha Leão, n.º 20, Centro, Itatiaia/RJ, ou através dos telefones: (24) 3352-1267 ou 3352-6777, ramal 230, ou ainda através do e-mail: licitacapmi.itatiaia@gmail.com;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

25.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o do Município de Itatiaia, Estado do Rio de Janeiro.

25.13. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Termo de Referência;
- b) Anexo I.A - Estudo Técnico Preliminar;
- c) Anexo II - Modelo de Proposta;
- d) Anexo III - Modelo de Planilhas de Composição de Custos / Auxiliar de Creche;
- e) Anexo IV - Modelo de Planilhas de Composição de Custos / Cuidador;
- f) Anexo V - Modelo de Planilhas de Composição de Custos / Inspetor de Disciplina;
- g) Anexo VI - Modelo de Planilhas de Composição de Custos / Merendeira;
- h) Anexo VII - Modelo de Planilhas de Composição de Custos / Servente);
- i) Anexo VIII - Modelo de Planilhas de Composição de Custos (Auxiliar de Creche, Cuidador, Inspetor de Disciplina, Merendeira e Serente);
- j) Anexo IX - Minuta da Ata de Registro de Preços.
- l) Anexo X - Minuta do Termo de Contrato Administrativo.

Itatiaia, 09 de dezembro de 2024.

Márcia Cristina de S. C. Sabadine
Secretaria Municipal de Educação



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA COMPLEMENTAR DE CUNHO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL (AUXILIAR DE CRECHE, CUIDADOR, INSPETOR DE DISCIPLINA, MERENDEIRA E SERVENTE) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITATIAIA / RJ, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N. 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021.

1 - DO OBJETO, QUANTIDADES E DO VALOR ESTIMADO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto **o registro de preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra complementar de cunho administrativo e operacional (auxiliar de creche, cuidador, inspetor de disciplina, merendeira e servente) para atender as necessidades das unidades de ensino da rede municipal de ensino de itatiaia / RJ**, pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrição e quantitativos abaixo detalhados:

Item	Qtd.	Descrição	Carga horária semanal
1	77	Auxiliar de Creche	40 horas
	50	Cuidador	40 horas
	22	Inspetor de Disciplina	40 horas
	31	Merendeira	40 horas
	33	Servente	40 horas



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

DAS TERMINOLOGIAS:

- Auxiliar de creche: Cuidar da alimentação das crianças, dando-lhes comida e ensinando-lhes a alimentarem-se sozinhas; auxiliar na educação das crianças, realizando atividades didáticas, sob a orientação e supervisão dos superiores, tais como jogos e brincadeiras; realizar outras tarefas correlatas.
- Cuidador: Estimular e ajudar na alimentação. físicos. Estimular atividades de lazer e ocupacionais. Realizar mudanças de posição na cama e na cadeira, e massagens de conforto.
- Merendeira: Preparar e distribuir merenda e outros alimentos, arrumar mesas para refeição, zelar pelos mantimentos, quando à sua segurança, higiene e conservação, verificar se os gêneros fornecidos para utilização, correspondem à quantidade e às especificações das merendas ou de outros alimentos.
- Servente: Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo, executar os serviços de limpeza dos prédios, pátios, escritórios e etc...
- Inspetor de disciplina: Orientar alunos sobre regras e procedimentos, regimento escolar, cumprimento de horários; ouvir reclamações e analisar fatos. Prestar apoio às atividades acadêmicas; controlar as atividades livres dos alunos, orientar entrada e saída de alunos, fiscalizar espaços de recreação, definir limites nas atividades livres.

LOCAIS PARA FORNECIMENTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS: UNIDADES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

UNIDADE DE ENSINO	ENDEREÇO DAS UNIDADES
E.M. Sebastião Bernardo Silva	Estr. da Fazendinha, s/nº - Penedo
E.M. Geralda Alves	Rua Juliana Campos Neves, s/nº - V. Esperança
E.M. Profª. Maria José de Aquino	Rua Osmar Amorim, 300 – Vila Odete
E.M. Profª. Benedito Barbosa da Silva	Fazenda do Pavão, s/nº - Vale do Pavão
Creche M. Dr. Roberto Cotrim	Rua Osmar Amorim, 290 – Vila Odete
Creche M. Dr. Sandra M. F. Cotrim	Av. Simão da Cunha Gago, s/nº - C. Alegre
Creche M. Antonia dos Santos Pàiva	Rodovia RJ 151, nº 4.511 – Maromba
Cr. M. Profª. Celina Alves Ferreira	Rua Juliana C. Neves, 1.900 – V. Esperança
Creche M. Augusto Borges Rodrigues	Rua Esporte Clube, s/nº - Penedo
Creche M. Augusto Borges Rodrigues – Anexo	Rua do Médico, nº 10 – Penedo
Centro de Ed. Inf. Miraildes dos Santos	Rua das Acácias, nº 222, Lote 1, Quadra 7 – Vila Flórida
Centro de Ed. Inf. Maria da Penha Conde	Rua 45, Lote 2, Quadra 49 – Jardim Itatiaia
Centro de Ed. Inf. Neli Pereira da Silva	Rua Francisco de Carvalho, lote s/nº - Vila Maia
Centro de Ed. Inf. Maria Helena Honorato	Estrada de Furnas, s/nº - Nova Conquista



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

Centro de Ed. Inf. Angélica Mendonça Freire	Rodovia Presidente Dutra, 115 - Bairro Marechal Jardim
---	--

UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL

UNIDADE DE ENSINO	ENDEREÇO DAS UNIDADES
C.M. Ana Elisa Lisboa Gregori	Rua Roberto Cotrim, s/nº - Campo Alegre
C.M. Dom Ottorino Zanon	Av. Arnaldo Marzotto, s/nº - Jd. Martinelli-Penedo
C.M. Fernando Octavio Xavier	Rua Esporte Clube, s/nº - Penedo
C.M. Reinaldo Maia Souto	Rua São José, nº 211 – Centro
E.M. Prof. Pedro de S. Rangel	Rua Recife, nº 115 – Vila Odete
E.M. Wagner Guimarães	Av. Simão da Cunha Gago, s/nº - Campo Alegre
E.M. Léa Duarte Jardim	Rua das Margaridas, s/nº - Vila Flórida
E.M. Campo Belo	Rua Maricá, nº 145 – Vila Pinheiro
E.M. Padre José Wirwinsky	Rua Juliana Campos Neves, nº 1.900 – V. Esperança
E.M. Joaquim Miguel dos Santos	Rodovia RJ 151, nº 4.511 - Maromba
Secretaria Mun. de Educação	Rua São José, nº 210 – Centro

2 - DA JUSTIFICATIVA E DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. A contratação do objeto descrito neste Termo de Referência tem por finalidade o fornecimento de serviços a serem executados por mão de obra especializada: Auxiliar de Creche, Cuidador, Merendeira, Servente e Inspetor de Disciplina para atendimento às necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, visando manter o pleno funcionamento de suas diversas atividades, conforme descrição detalhada no Estudo Técnico Preliminar respectivo, nos termos da Lei Federal n. 14.133 de 1º de abril de 2021.

3 - DA NATUREZA DO OBJETO

3.1. O objeto descrito neste Termo de Referência possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, se enquadrando perfeitamente na condição de serviços comuns, nos termos da legislação vigente.

4 – CRITÉRIO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. A Seleção de fornecedor(s) para a execução do objeto do presente Termo de Referência se dará através de procedimento licitatório na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos art. 17, § 2º e art. 28 da Lei Federal n. 14.133/2021 e suas alterações.

4.2. Para efeito de julgamento de propostas será adotado o critério de MENOR PREÇO POR LOTE (lote único), conforme previsão contida no art. 33 da Lei Federal n. 14.133/2021.

4.3. Para efeito de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, deverão ser apresentados pelas proponentes:

25



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

- a) Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, comprovando a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, comprovando atendimento de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos previstos neste termo de referência.
- b) Certidão de registro de regularidade da empresa junto ao Conselho Regional competente CRA – Conselho Regional de Administração, onde fique demonstrada a indicação do profissional responsável técnico da empresa.
- c) A comprovação do vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste o licitante como contratante, ou do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, ou do contrato de trabalho e ou prestação de serviços, em que conste o profissional como responsável técnico ou, ainda, de declaração de compromisso de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.
- d) Declaração expressa pela licitante que os serviços serão executados em conformidade com o contrato.
- e) Declaração expressa da licitante, informando que recebeu toda documentação técnica deste edital e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

4.4 . Não será admitida a SUBCONTRATAÇÃO do objeto do presente Termo de Referência (em caso de subcontratação observar art. 122 da Lei Federal n. 14.133/2021 e suas alterações.

4.5. O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação, observado o disposto no art. 90, § 3º, da Lei Federal n. 14.133/2021 e suas alterações

4.6. Todo profissional deverá receber da CONTRATADA todo fardamento, Epi's e crachá de identificação de acordo com sua categoria e no mínimo 3 (três) peças de cada / ano para (camisa, calça, calçado de segurança) e epi's na quantidade de acordo com as atividades desempenhadas.

4.7. A licitante poderá tomar conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação com a Secretaria Municipal de Educação, através do telefone (24) 3352.6757 ou pelo e-mail: rhsmeitatiaia@gmail.com, com a servidora Renata Simões, que fornecerá todos os dados para que as licitantes se inteirem de todos os aspectos referentes à execução da prestação de serviços.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

5 – MEMÓRIA DE CÁLCULO

5.1. Para a definição dos quantitativos ora requeridos foi realizado levantamento das necessidades pelo Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação (anexo I).

6 – DS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 3.3.90.39 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.

7 - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Os serviços serão prestados pelo período de 12 (doze) meses, com início a ser estabelecido mediante emissão de Ordem de Início de execução a ser emitida pela Contratante, podendo ser prorrogado de acordo com o interesse da Contratante, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

7.2. Para acompanhamento e medição do objeto executado serão observados os seguintes procedimentos:

7.2.1 - A Prefeitura Municipal de Itatiaia, através da Secretaria Municipal de Educação (CONTRATANTE), por intermédio de seu Secretário Municipal de Educação, indicará servidor para supervisionar a prestação de serviço, objeto do referido contrato.

7.2.2 - A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.2.3 - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com o indicado e previsto no contrato, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.4 - A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificar em vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou dos materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8 - DAS GARANTIAS DE PROPOSTA E CONTRATO



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

8.1 – As licitantes deverão apresentar, para efeito de habilitação, garantia de proposta no percentual de **1% (um por cento)** do valor global estimado para a licitação, que será devolvida à licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis após assinatura do contrato ou a data em que for declarada fracassada a licitação, nos termos do art. 58 da Lei Federal n. 14.133/2021, implicando na execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação de documentos para contratação.

8.2 – Exigir-se-á da licitante vencedora uma garantia a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo §1º, art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/21, da ordem de **2% (dois por cento)** do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

8.2.1 - Para a modalidade de seguro-garantia, o prazo para a apresentação da garantia será de até 30 (trinta) dias, contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do art. 96, §3º, da Lei 14.133/21;

8.2.2 - Nas demais modalidades, o prazo para a apresentação da garantia será de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato. O Prazo poderá ser prorrogável por igual período desde que devidamente justificado;

8.2.3 - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

8.2.4 - Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/21, a garantia deverá ser complementada para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato;

8.2.5 - Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, a CONTRATANTE se utilizará da garantia dada para a finalidade e se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela CONTRATADA, na recomposição das perdas e danos sofridos. A CONTRATADA ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 10 (dez) dias úteis seguintes à sua notificação.

8.2.6 - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, conforme art. 100 da Lei nº 14.133 de 2021, mediante requerimento;

8.2.7 - A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual;

9 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

9.1. O processamento para pagamento observará a legislação pertinente à legalidade da despesa pública, nos termos do Decreto Municipal n.º 3.316/19 e Instrução Normativa CGM n.º 01/22.

9.2. Os pagamentos pelos serviços prestados serão efetuados mensalmente no prazo de até 30(trinta) dias após apresentação de fatura devidamente atestada pela Fiscalização.

9.3. A Contratada deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal Eletrônica/Fatura as Certidões Negativas de Débito ou positivas com efeito de negativas referente a Fazenda Pública Federal, Estadual, Municipal, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.4. A Contratada deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica com **QR CODE** ou **CÓDIGO DE BARRAS**.

9.5. Caso o objeto adquirido seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste Edital e no Termo de Referência, ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a licitante vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.

9.6. Havendo atraso no pagamento, que tenha dado causa a Contratante, à Contratada, fará jus a 0,033% (trinta e três milésimo por cento) por dia útil de atraso, fazendo jus a Contratante ao mesmo percentual de descontos em caso de antecipação de pagamento nos termos do prazo determinado neste edital.

9.7. O valor proposto pela Contratada para a prestação do serviço será fixo e irrevogável durante o período de 12 (doze) meses de vigência contratual, podendo o citado valor, em caso de prorrogação contratual, ser reajustado mediante aplicação do menor índice entre o IPCA, INPC ou IGP-M, tendo como data base o mês anterior à apresentação da proposta junto à licitação que deu origem ao Contrato, apuradas as condições de mercado à época da prorrogação, através de pesquisa a, no mínimo, 03 (três) empresas do ramo do objeto contratado.

10 - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação caberá à servidora **RENATA DE PAULA SIMÕES**, matrícula: 9469, CPF: 799.396.787-20, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, ou, na sua falta ou impedimento, pelo seu substitutivo, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do Decreto Municipal nº 10.858/2018;

10.2. Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos, não previsto no processo administrativo, observada a legislação vigente, desde que não acarrete ônus para a contratante ou modificação da contratação;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

10.3. As decisões que ultrapassarem as competências da fiscalização deverão ser comunicadas formalmente à autoridade administrativa em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes;

10.4. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle, a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de sua atividade;

10.5. A existência e a atuação da fiscalização, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que se refere ao objeto da contratação e implicações perante a contratante ou perante terceiros,

10.6. A ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual pela contratada não implicará em co-responsabilidade da contratante ou de seus prepostos, devendo ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos prejuízos apurados e ela imputados.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações contidas no Termo de Referência e seus anexos, assim como a proposta apresentada, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação;

11.3. Fornecer os serviços de forma condizente ao objeto solicitado, promovendo por sua conta todas as despesas de transporte e tributos de qualquer natureza e demais despesas inerentes a sua execução, resguardando a máxima qualidade, sempre em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;

11.4. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante a execução do objeto, respondendo por si e por seus sucessores;

11.5. Respeitar o prazo de entrega, bem como cumprir todas as demais exigências impostas neste Termo de Referência;

11.6. Responsabilizar-se pelo descumprimento das especificações deste Termo de Referência e diferentes das apresentadas em sua Proposta de Preços, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte quatro) horas, após o recebimento da respectiva;

11.7. A empresa deverá indicar e disponibilizar um funcionário que disponha de número telefônico e e-mail para contato direto da CONTRATANTE;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

11.8. A CONTRATADA responderá por quaisquer acidentes ocorridos com seus funcionários a execução do objeto;

11.9. Constituem obrigação da contratada executar o objeto do contrato por sua exclusiva conta e responsabilidade, inclusive a referente a perdas e danos contra terceiros, ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária.

11.10. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do CONTRATANTE;

11.11. Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento;

11.12. Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas à prestação dos serviços, responsabilizando-se pela qualidade do mesmo, bem como pela segurança dos seus empregados.

11.13. Fornecer toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE.

11.14. A Contratada deverá disponibilizar um funcionário e dispor de número telefônico e e-mail para contato imediato da Contratante.

11.15. Informar a Contratante sobre qualquer dificuldade, imprevisto ou alteração no objeto com a devida justificativa;

12 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Promover o acompanhamento e fiscalização durante toda a execução do objeto contratado, de forma que sejam cumpridas todas as obrigações fixadas neste Termo de Referência e respectivo edital.

12.2. Aplicar as penalidades por descumprimento das obrigações fixadas neste Termo de Referência e respectivo edital;

12.3. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no Edital e respectiva proposta;

12.4. Expedir a Ordem de Fornecimento, por qualquer meio de comunicação, que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA;

Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para o fiel cumprimento das obrigações;

12.5. Notificar a CONTRATADA caso constatare que as características do objeto executado não correspondam às exigências do presente Termo de Referência visando a devida correção.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão garantida a CONTRATADA o direito ao contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de imposição das seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total, ou da parte não executada, no caso de inexecução parcial;

III - Impedimento de contratar e licitar com a esta Administração, por prazo não superior nem inferior a 3 (três) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.2. As sanções previstas nos itens I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, nos prazos previstos nos arts. 157 e 158 da Lei Federal n. 14133/2021 e suas alterações.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, podendo esta Administração proceder a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos 13.4. causados à Administração contratante;

13.4. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado **Multa Moratória de 1% (um por cento)** ao dia, calculado sobre o valor da fatura a ser entregue, por dia de atraso na entrega do objeto, a cada solicitação, limitada a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

13.5. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante esta Administração mediante as seguintes condições, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Folha nº	P M I
PROCESSO Nº 5824/2024	VISTO



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

C	Adicional Insalubridade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Adicional Noturno		
E	Hora Noturna Adicional		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Outras (gratificação)		
	Total (1.1)		R\$ 0,00

MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS

A	Transporte	R\$ 0,00
A.1	Desconto Transporte	R\$ 0,00
B	Auxílio Alimentação (vales, cesta básica etc.).	R\$ 0,00
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ 0,00
D	Auxílio Creche	R\$ 0,00
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral.	R\$ 0,00
F	Outros (BSF)	R\$ 0,00
	Total (2.1)	R\$ 0,00

MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS

A	Uniformes	R\$ 0,00
B	Materiais/Utensílios (consumo, duráveis Permanentes).	R\$ 0,00
C	Manutenção de Equipamentos para Copa da Contratante	R\$ 0,00
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00
	Total (3.1)	R\$ 0,00

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4.1. Encargos Previdenciários e FGTS		%	R\$
A	PREVIDÊNCIA	20,00%	R\$ 0,00
B	SESI OU SESC	1,50%	R\$ 0,00
C	SENAI OU SENAC	1,00%	R\$ 0,00
D	INCRA	0,20%	R\$ 0,00
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 0,00
F	FGTS	8,00%	R\$ 0,00
G	Seguro de Acidente de Trabalho (SAT)	2,00%	R\$ 0,00
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,00
	Total (4.1)	35,80%	R\$ 0,00

4.2. 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	R\$
A	13º Salário	8,33%	R\$ 0,00
B	Adicional de Férias (1/3 Constitucional)	2,78%	R\$ 0,00
	Subtotal		R\$ 0,00
C	Indicência 3.1 sobre 3.2	6,96%	R\$ 0,00
	Total (4.2)	18,07%	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

4.3. Licença Maternidade		%	R\$
A	Licença Maternidade	0,07%	R\$ 0,00
B	Indicência 3.1 sobre 3.3	0,025%	R\$ 0,00
	Total (4.3)	0,095%	R\$ 0,00
4.4. Provisão para Rescisão		%	R\$
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	R\$ 0,00
B	Incidência 3.1 sobre aviso prévio indenizado	0,15%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,20%	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 0,00
E	Incidência 3.1 sobre aviso prévio indenizado	0,69%	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS do aviso prévio Trabalhado	4,00%	R\$ 0,00
	Total (4.4)	7,39%	R\$ 0,00

4.5. Custo Reposição Profissional Ausente		%	R\$
A	Férias	8,33%	R\$ 0,00
B	Ausência por doença	1,39%	R\$ 0,00
C	Licença paternidade	0,02%	R\$ 0,00
D	Ausências Legais	0,28%	R\$ 0,00
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,33%	R\$ 0,00
F	Outros		R\$ 0,00
	Subtotal	10,35%	R\$ 0,00
	Incidência 3.1 sobre Custo de reposição Ausência	3,71%	R\$ 0,00
G	Total (4.5)	14,06%	R\$ 0,00

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	Encargos Sociais e Trabalhistas	%	R\$
4.1	Encargos Previdenciários e FGTS	35,80%	R\$ 0,00
4.2	13º Salário + Adicional de Férias	18,07%	R\$ 0,00
4.3	Licença Maternidade	0,095%	R\$ 0,00
4.4	Provisão para Rescisão	7,39%	R\$ 0,00
4.5	Custos de Reposição de profissional Ausente	14,06%	R\$ 0,00
4.6	Outros		
	TOTAL	75,42%	R\$ 0,00

MÓDULO – 5 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro.	%	(R\$)
5.1	Custos Indiretos	10,00%	R\$ 0,00
5.2	Lucro	10,00%	R\$ 0,00
5.3	PIS	1,65%	R\$ 0,00
5.4	CONFINS	7,60%	R\$ 0,00
5.5	ISSQN	5,00%	R\$ 0,00
5.6	Outros Tributos (especificar)	0,00%	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

	TOTAL	34,25%	R\$ 0,00
--	--------------	---------------	-----------------

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL POR EMPREGADO		VALOR
A	MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 0,00
B	MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 0,00
C	MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
D	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	R\$ 0,00
	Subtotal (A + B + C + D)	R\$ 0,00
E	MÓDULO – 5 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 0,00
	Valor total por Empregado	R\$ 0,00

(A.2 - CUIDADOR)

1	Tipo de Serviço /função	Quantidade
	CUIDADOR	50
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 0,00
3	Data Base	XX/XX/2024
FONTE: Convenção Coletiva de Trabalho SIEEACON - Sindicato dos Empregados nas empresas de Asseio e Conservação da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, com vigência de 01/03/2024 à 28/02/2025, Registro MTE. Nº RJ002356/2024		
MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
A	Salário Base	R\$ 0,00
B	Adicional de Periculosidade	R\$ 0,00
C	Adicional Insalubridade	R\$ 0,00
D	Adicional Noturno	
E	Hora Noturna Adicional	
F	Adicional de Hora Extra	
G	Outras (gratificação)	
	Total (1.1)	R\$ 0,00
MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
A	Transporte	R\$ 0,00
A.1	Desconto Transporte	R\$ 0,00
B	Auxílio Alimentação (vales, cesta básica etc.).	R\$ 0,00
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ 0,00
D	Auxílio Creche	R\$ 0,00
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral.	R\$ 0,00
F	Outros (BSF)	R\$ 0,00
	Total (2.1)	R\$ 0,00
MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS		



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

A	Uniformes	R\$ 0,00
B	Materiais/Utensílios (consumo, duráveis Permanentes).	R\$ 0,00
C	Manutenção de Equipamentos para Copa da Contratante	R\$ 0,00
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00
Total (3.1)		R\$ 0,00

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4.1. Encargos Previdenciários e FGTS		%	R\$
A	PREVIDÊNCIA	20,00%	R\$ 0,00
B	SESI OU SESC	1,50%	R\$ 0,00
C	SENAI OU SENAC	1,00%	R\$ 0,00
D	INCRA	0,20%	R\$ 0,00
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 0,00
F	FGTS	8,00%	R\$ 0,00
G	Seguro de Acidente de Trabalho (SAT)	2,00%	R\$ 0,00
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,00
Total (4.1)		35,80%	R\$ 0,00

4.2. 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	R\$
A	13º Salário	8,33%	R\$ 0,00
B	Adicional de Férias (1/3 Constitucional)	2,78%	R\$ 0,00
Subtotal			R\$ 0,00
C	Indicência 3.1 sobre 3.2	6,96%	R\$ 0,00
Total (4.2)		18,07%	R\$ 0,00

4.3. Licença Maternidade		%	R\$
A	Licença Maternidade	0,07%	R\$ 0,00
B	Indicência 3.1 sobre 3.3	0,025%	R\$ 0,00
Total (4.3)		0,095%	R\$ 0,00

4.4. Provisão para Rescisão		%	R\$
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	R\$ 0,00
B	Incidência 3.1 sobre aviso prévio indenizado	0,15%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,20%	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 0,00
E	Incidência 3.1 sobre aviso prévio indenizado	0,69%	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS do aviso prévio Trabalhado	4,00%	R\$ 0,00
Total (4.4)		7,39%	R\$ 0,00

4.5. Custo Reposição Profissional Ausente		%	R\$
A	Férias	8,33%	R\$ 0,00
B	Ausência por doença	1,39%	R\$ 0,00
C	Licença paternidade	0,02%	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

D	Ausências Legais	0,28%	R\$ 0,00
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,33%	R\$ 0,00
F	Outros		R\$ 0,00
	Subtotal	10,35%	R\$ 0,00
	Incidência 3.1 sobre Custo de reposição Ausência	3,71%	R\$ 0,00
G	Total (4.5)	14,06%	R\$ 0,00

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	Encargos Sociais e Trabalhistas	%	R\$
4.1	Encargos Previdenciários e FGTS	35,80%	R\$ 0,00
4.2	13º Salário + Adicional de Férias	18,07%	R\$ 0,00
4.3	Licença Maternidade	0,095%	R\$ 0,00
4.4	Provisão para Rescisão	7,39%	R\$ 0,00
4.5	Custos de Reposição de profissional Ausente	14,06%	R\$ 0,00
4.6	Outros		
	TOTAL	75,42%	R\$ 0,00

MÓDULO – 5 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro.	%	(R\$)
5.1	Custos Indiretos	10,00%	R\$ 0,00
5.2	Lucro	10,00%	R\$ 0,00
5.3	PIS	1,65%	R\$ 0,00
5.4	CONFINS	7,60%	R\$ 0,00
5.5	ISSQN	5,00%	R\$ 0,00
5.6	Outros Tributos (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
	TOTAL	34,25%	R\$ 0,00

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

MÃO DE OBRA VINCULADA Á EXECUÇÃO CONTRATUAL POR EMPREGADO		VALOR
A	MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 0,00
B	MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS	R\$ 0,00
C	MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
D	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	R\$ 0,00
	Subtotal (A + B + C + D)	R\$ 0,00
E	MÓDULO – 5 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 0,00
	Valor total por Empregado	R\$ 0,00

(A.3 - INSPETOR DE DISCIPLINA)

1	Tipo de Serviço /função	Quantidade
---	-------------------------	------------



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

INSPETOR DE DISCIPLINA			22
2	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 0,00
3	Data Base		XX/XX/2024
FONTE: Convenção Coletiva de Trabalho SIEEACON - Sindicato dos Empregados nas empresas de Asseio e Conservação da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, com vigência de 01/03/2024 à 28/02/2025, Registro MTE. Nº RJ002356/2024			
MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
A	Salário Base		R\$ 0,00
B	Adicional de Periculosidade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Adicional Insalubridade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Adicional Noturno		
E	Hora Noturna Adicional		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Outras (gratificação)		
	Total (1.1)		R\$ 0,00
MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
A	Transporte		R\$ 0,00
A.1	Desconto Transporte		R\$ 0,00
B	Auxílio Alimentação (vales, cesta básica etc.).		R\$ 0,00
C	Assistência Médica e Familiar		R\$ 0,00
D	Auxílio Creche		R\$ 0,00
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral.		R\$ 0,00
F	Outros (BSF)		R\$ 0,00
	Total (2.1)		R\$ 0,00
MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS			
A	Uniformes		R\$ 0,00
B	Materiais/Utensílios (consumo, duráveis Permanentes).		R\$ 0,00
C	Manutenção de Equipamentos para Copa da Contratante		R\$ 0,00
D	Outros (especificar)		R\$ 0,00
	Total (3.1)		R\$ 0,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1. Encargos Previdenciários e FGTS		%	R\$
A	PREVIDÊNCIA	20,00%	R\$ 0,00
B	SESI OU SESC	1,50%	R\$ 0,00
C	SENAI OU SENAC	1,00%	R\$ 0,00
D	INCRA	0,20%	R\$ 0,00
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 0,00
F	FGTS	8,00%	R\$ 0,00
G	Seguro de Acidente de Trabalho (SAT)	2,00%	R\$ 0,00
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

	Total (4.1)	35,80%	R\$ 0,00
	4.2. 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%	R\$
A	13º Salário	8,33%	R\$ 0,00
B	Adicional de Férias (1/3 Constitucional)	2,78%	R\$ 0,00
	Subtotal		R\$ 0,00
C	Indicência 3.1 sobre 3.2	6,96%	R\$ 0,00
	Total (4.2)	18,07%	R\$ 0,00
	4.3. Licença Maternidade	%	R\$
A	Licença Maternidade	0,07%	R\$ 0,00
B	Indicência 3.1 sobre 3.3	0,025%	R\$ 0,00
	Total (4.3)	0,095%	R\$ 0,00
	4.4. Provisão para Rescisão	%	R\$
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	R\$ 0,00
B	Incidência 3.1 sobre aviso prévio indenizado	0,15%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,20%	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 0,00
E	Incidência 3.1 sobre aviso prévio indenizado	0,69%	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS do aviso prévio Trabalhado	4,00%	R\$ 0,00
	Total (4.4)	7,39%	R\$ 0,00

	4.5. Custo Reposição Profissional Ausente	%	R\$
A	Férias	8,33%	R\$ 0,00
B	Ausência por doença	1,39%	R\$ 0,00
C	Licença paternidade	0,02%	R\$ 0,00
D	Ausências Legais	0,28%	R\$ 0,00
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,33%	R\$ 0,00
F	Outros		R\$ 0,00
	Subtotal	10,35%	R\$ 0,00
	Incidência 3.1 sobre Custo de reposição Ausência	3,71%	R\$ 0,00
G	Total (4.5)	14,06%	R\$ 0,00

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	Encargos Sociais e Trabalhistas	%	R\$
4.1	Encargos Previdenciários e FGTS	35,80%	R\$ 0,00
4.2	13º Salário + Adicional de Férias	18,07%	R\$ 0,00
4.3	Licença Maternidade	0,095%	R\$ 0,00
4.4	Provisão para Rescisão	7,39%	R\$ 0,00
4.5	Custos de Reposição de profissional Ausente	14,06%	R\$ 0,00
4.6	Outros		
	TOTAL	75,42%	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

MÓDULO – 5 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro.	%	(R\$)
5.1	Custos Indiretos	10,00%	R\$ 0,00
5.2	Lucro	10,00%	R\$ 0,00
5.3	PIS	1,65%	R\$ 0,00
5.4	CONFINs	7,60%	R\$ 0,00
5.5	ISSQN	5,00%	R\$ 0,00
5.6	Outros Tributos (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
	TOTAL	34,25%	R\$ 0,00

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL POR EMPREGADO		VALOR
A	MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 0,00
B	MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 0,00
C	MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
D	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	R\$ 0,00
	Subtotal (A + B + C + D)	R\$ 0,00
E	MÓDULO – 5 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 0,00
	Valor total por Empregado	R\$ 0,00

(A.4 – MERENDEIRA)

1	Tipo de Serviço /função	Quantidade
	MERENDEIRA	31
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 0,00
3	Data Base	XX/XX/2024
FONTE: Convenção Coletiva de Trabalho SIEEACON - Sindicato dos Empregados nas empresas de Asseio e Conservação da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, com vigência de 01/03/2024 à 28/02/2025, Registro MTE. Nº RJ002356/2024		
MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
A	Salário Base	R\$ 0,00
B	Adicional de Periculosidade	R\$ 0,00
C	Adicional Insalubridade	R\$ 0,00
D	Adicional Noturno	
E	Hora Noturna Adicional	
F	Adicional de Hora Extra	
G	Outras (gratificação)	
	Total (1.1)	R\$ 0,00
MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
A	Transporte	R\$ 0,00
A.1	Desconto Transporte	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

B	Auxílio Alimentação (vales, cesta básica etc.).	R\$ 0,00
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ 0,00
D	Auxílio Creche	R\$ 0,00
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral.	R\$ 0,00
F	Outros (BSF)	R\$ 0,00
	Total (2.1)	R\$ 0,00

MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS

A	Uniformes	R\$ 0,00
B	Materiais/Utensílios (consumo, duráveis Permanentes).	R\$ 0,00
C	Manutenção de Equipamentos para Copa da Contratante	R\$ 0,00
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00
	Total (3.1)	R\$ 0,00

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4.1. Encargos Previdenciários e FGTS		%	R\$
A	PREVIDÊNCIA	20,00%	R\$ 0,00
B	SESI OU SESC	1,50%	R\$ 0,00
C	SENAI OU SENAC	1,00%	R\$ 0,00
D	INCRA	0,20%	R\$ 0,00
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 0,00
F	FGTS	8,00%	R\$ 0,00
G	Seguro de Acidente de Trabalho (SAT)	2,00%	R\$ 0,00
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,00
	Total (4.1)	35,80%	R\$ 0,00

4.2. 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	R\$
A	13º Salário	8,33%	R\$ 0,00
B	Adicional de Férias (1/3 Constitucional)	2,78%	R\$ 0,00
	Subtotal		R\$ 0,00
C	Indicência 3.1 sobre 3.2	6,96%	R\$ 0,00
	Total (4.2)	18,07%	R\$ 0,00

4.3. Licença Maternidade		%	R\$
A	Licença Maternidade	0,07%	R\$ 0,00
B	Indicência 3.1 sobre 3.3	0,025%	R\$ 0,00
	Total (4.3)	0,095%	R\$ 0,00

4.4. Provisão para Rescisão		%	R\$
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	R\$ 0,00
B	Incidência 3.1 sobre aviso prévio indenizado	0,15%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,20%	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

E	Incidência 3.1 sobre aviso prévio indenizado	0,69%	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS do aviso prévio Trabalhado	4,00%	R\$ 0,00
	Total (4.4)	7,39%	R\$ 0,00

4.5. Custo Reposição Profissional Ausente		%	R\$
A	Férias	8,33%	R\$ 0,00
B	Ausência por doença	1,39%	R\$ 0,00
C	Licença paternidade	0,02%	R\$ 0,00
D	Ausências Legais	0,28%	R\$ 0,00
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,33%	R\$ 0,00
F	Outros		R\$ 0,00
	Subtotal	10,35%	R\$ 0,00
	Incidência 3.1 sobre Custo de reposição Ausência	3,71%	R\$ 0,00
G	Total (4.5)	14,06%	R\$ 0,00

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	Encargos Sociais e Trabalhistas	%	R\$
4.1	Encargos Previdenciários e FGTS	35,80%	R\$ 0,00
4.2	13º Salário + Adicional de Férias	18,07%	R\$ 0,00
4.3	Licença Maternidade	0,095%	R\$ 0,00
4.4	Provisão para Rescisão	7,39%	R\$ 0,00
4.5	Custos de Reposição de profissional Ausente	14,06%	R\$ 0,00
4.6	Outros		
	TOTAL	75,42%	R\$ 0,00

MÓDULO – 5 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro.	%	(R\$)
5.1	Custos Indiretos	10,00%	R\$ 0,00
5.2	Lucro	10,00%	R\$ 0,00
5.3	PIS	1,65%	R\$ 0,00
5.4	CONFINS	7,60%	R\$ 0,00
5.5	ISSQN	5,00%	R\$ 0,00
5.6	Outros Tributos (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
	TOTAL	34,25%	R\$ 0,00

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

MÃO DE OBRA VINCULADA Á EXECUÇÃO CONTRATUAL POR EMPREGADO		VALOR
A	MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 0,00
B	MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS	R\$ 0,00
C	MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
D	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

	Subtotal (A + B + C + D)	R\$ 0,00
E	MÓDULO – 5 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 0,00
	Valor total por Empregado	R\$ 0,00

(A.5 – SERVENTE)

1	Tipo de Serviço /função	Quantidade
	SERVENTE	33
2	Salário Normativo da Categoria Profissional	R\$ 0,00
3	Data Base	XX/XX/2024
FONTE: Convenção Coletiva de Trabalho SIEEACON - Sindicato dos Empregados nas empresas de Asseio e Conservação da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, com vigência de 01/03/2024 à 28/02/2025, Registro MTE. Nº RJ002356/2024		
MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		
A	Salário Base	R\$ 0,00
B	Adicional de Periculosidade	R\$ 0,00
C	Adicional Insalubridade	R\$ 0,00
D	Adicional Noturno	
E	Hora Noturna Adicional	
F	Adicional de Hora Extra	
G	Outras (gratificação)	
	Total (1.1)	R\$ 0,00
MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		
A	Transporte	R\$ 0,00
A.1	Desconto Transporte	R\$ 0,00
B	Auxílio Alimentação (vales, cesta básica etc.).	R\$ 0,00
C	Assistência Médica e Familiar	R\$ 0,00
D	Auxílio Creche	R\$ 0,00
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral.	R\$ 0,00
F	Outros (BSF)	R\$ 0,00
	Total (2.1)	R\$ 0,00
MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS		
A	Uniformes	R\$ 0,00
B	Materiais/Utensílios (consumo, duráveis Permanentes).	R\$ 0,00
C	Manutenção de Equipamentos para Copa da Contratante	R\$ 0,00
D	Outros (especificar)	R\$ 0,00
	Total (3.1)	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4.1. Encargos Previdenciários e FGTS		%	R\$
A	PREVIDÊNCIA	20,00%	R\$ 0,00
B	SESI OU SESC	1,50%	R\$ 0,00
C	SENAI OU SENAC	1,00%	R\$ 0,00
D	INCRA	0,20%	R\$ 0,00
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 0,00
F	FGTS	8,00%	R\$ 0,00
G	Seguro de Acidente de Trabalho (SAT)	2,00%	R\$ 0,00
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,00
Total (4.1)		35,80%	R\$ 0,00
4.2. 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	R\$
A	13º Salário	8,33%	R\$ 0,00
B	Adicional de Férias (1/3 Constitucional)	2,78%	R\$ 0,00
Subtotal			R\$ 0,00
C	Indicência 3.1 sobre 3.2	6,96%	R\$ 0,00
Total (4.2)		18,07%	R\$ 0,00
4.3. Licença Maternidade		%	R\$
A	Licença Maternidade	0,07%	R\$ 0,00
B	Indicência 3.1 sobre 3.3	0,025%	R\$ 0,00
Total (4.3)		0,095%	R\$ 0,00
4.4. Provisão para Rescisão		%	R\$
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	R\$ 0,00
B	Incidência 3.1 sobre aviso prévio indenizado	0,15%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,20%	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 0,00
E	Incidência 3.1 sobre aviso prévio indenizado	0,69%	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS do aviso prévio Trabalhado	4,00%	R\$ 0,00
Total (4.4)		7,39%	R\$ 0,00
4.5. Custo Reposição Profissional Ausente		%	R\$
A	Férias	8,33%	R\$ 0,00
B	Ausência por doença	1,39%	R\$ 0,00
C	Licença paternidade	0,02%	R\$ 0,00
D	Ausências Legais	0,28%	R\$ 0,00
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,33%	R\$ 0,00
F	Outros		R\$ 0,00
Subtotal		10,35%	R\$ 0,00
Incidência 3.1 sobre Custo de reposição Ausência		3,71%	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

G	Total (4.5)	14,06%	R\$ 0,00

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	Encargos Sociais e Trabalhistas	%	R\$
4.1	Encargos Previdenciários e FGTS	35,80%	R\$ 0,00
4.2	13º Salário + Adicional de Férias	18,07%	R\$ 0,00
4.3	Licença Maternidade	0,095%	R\$ 0,00
4.4	Provisão para Rescisão	7,39%	R\$ 0,00
4.5	Custos de Reposição de profissional Ausente	14,06%	R\$ 0,00
4.6	Outros		
	TOTAL	75,42%	R\$ 0,00

MÓDULO – 5 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro.	%	(R\$)
5.1	Custos Indiretos	10,00%	R\$ 0,00
5.2	Lucro	10,00%	R\$ 0,00
5.3	PIS	1,65%	R\$ 0,00
5.4	CONFINS	7,60%	R\$ 0,00
5.5	ISSQN	5,00%	R\$ 0,00
5.6	Outros Tributos (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
	TOTAL	34,25%	R\$ 0,00

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL POR EMPREGADO		VALOR
A	MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 0,00
B	MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 0,00
C	MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
D	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	R\$ 0,00
	Subtotal (A + B + C + D)	R\$ 0,00
E	MÓDULO – 5 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 0,00
	Valor total por Empregado	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

ANEXO I – A

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) poderá ser acessado no seguinte endereço eletrônico:

https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

ANEXO II
TABELA DE CUSTO / MODELO DE PROPOSTA

Prezados Senhores,

À: Prefeitura Municipal de Itatiaia

Ref.: Pregão Eletrônico n.º ____/2024

1.DO OBJETO:

1.1. Apresentamos Carta-Proposta para o **registro de preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra complementar de cunho administrativo e operacional (auxiliar de creche, cuidador, inspetor de disciplina, merendeira e servente) para atender as necessidades das unidades de ensino da rede municipal de ensino de itatiaia / RJ, por período de 12 (doze) meses, nos termos da lei federal n. 14.133 de 1 de abril de 2021**, conforme discriminado no **ANEXO I** que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe;

1.2. Declaramos conhecer e concordar com todos os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

2.DO PRAZO E DA ENTREGA:

2.1. O objeto deverá ser entregue de acordo com o edital licitatório respectivo.

3.DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO:

<u>Lote</u>	<u>Item</u>	<u>Qt.</u>	<u>Un.</u>	<u>Especificação do Objeto</u>	<u>Valor Unitário Máximo</u> <u>mês</u> <u>(R\$)</u>	<u>Valor Total Máximo</u> <u>mês</u> <u>(R\$)</u>	<u>Valor Total Máximo</u> <u>12 meses</u> <u>(R\$)</u>
01	01	77	un	Auxiliar de Creche (40 horas semanais)	4.229,91	325.703,07	3.908.436,84
	02	50	un	Cuidador (40 horas semanais)	4.279,29	213.964,50	2.567.574,00
	03	22	un	Inspetor de Disciplina (40 horas semanais)	5.292,98	116.445,56	1.397.346,72
	04	31	un	Merendeira (40 horas semanais)	4.566,50	141.561,50	1.698.738,00
	05	33	un	Servente (40 horas semanais)	4.250,40	140.263,20	1.683.158,40
Valor Global - R\$ 11.255.253,96 (onze milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e três reais e noventa e seis centavos)							



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

Observações: EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE A DESCRIÇÃO DO OBJETO PRESENTE NO EDITAL E AQUELA CONSTANTE NO SITE DO COMPRASNET, PREVALECERÁ SEMPRE A DESCRIÇÃO CONTIDA NO ANEXO II DO EDITAL.

4. DA PROPOSTA:

4.1. A validade da proposta será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão;

4.2. O preço proposto contempla todas as despesas que o compõem, bem como todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.).

4.2. Segue anexas respectivas planilhas de composição de custos conforme modelos constantes dos ANEXOS IV, V, VI, VII e VIII do edital.

(Data)

(Representante Legal)



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

ANEXO IV

MODELO PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS / AUXILIAR DE CRECHE

1	Tipo de Serviço /função		Quantidade
AUXILIAR DE CRECHE			77
2	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 0,00
3	Data Base		XX/XX/2024
FONTE: Convenção Coletiva de Trabalho SIEEACON - Sindicato dos Empregados nas empresas de Asseio e Conservação da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, com vigência de 01/03/2024 à 28/02/2025, Registro MTE. Nº RJ002356/2024			
MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
A	Salário Base		R\$ 0,00
B	Adicional de Periculosidade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Adicional Insalubridade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Adicional Noturno		
E	Hora Noturna Adicional		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Outras (gratificação)		
	Total (1.1)		R\$ 0,00
MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
A	Transporte		R\$ 0,00
A.1	Desconto Transporte		R\$ 0,00
B	Auxílio Alimentação (vales, cesta básica etc.).		R\$ 0,00
C	Assistência Médica e Familiar		R\$ 0,00
D	Auxílio Creche		R\$ 0,00
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral.		R\$ 0,00
F	Outros (BSF)		R\$ 0,00
	Total (2.1)		R\$ 0,00
MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS			
A	Uniformes		R\$ 0,00
B	Materiais/Utensílios (consumo, duráveis Permanentes).		R\$ 0,00
C	Manutenção de Equipamentos para Copa da Contratante		R\$ 0,00
D	Outros (especificar)		R\$ 0,00
	Total (3.1)		R\$ 0,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1. Encargos		%	R\$
Previdenciários e FGTS			
A	PREVIDÊNCIA	20,00%	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

B	SESI OU SESC	1,50%	R\$ 0,00
C	SENAI OU SENAC	1,00%	R\$ 0,00
D	INCRA	0,20%	R\$ 0,00
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 0,00
F	FGTS	8,00%	R\$ 0,00
G	Seguro de Acidente de Trabalho (SAT)	2,00%	R\$ 0,00
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,00
	Total (4.1)	35,80%	R\$ 0,00
4.2. 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	R\$
A	13º Salário	8,33%	R\$ 0,00
B	Adicional de Férias (1/3 Constitucional)	2,78%	R\$ 0,00
	Subtotal		R\$ 0,00
C	Indicência 3.1 sobre 3.2	6,96%	R\$ 0,00
	Total (4.2)	18,07%	R\$ 0,00
4.3. Licença Maternidade		%	R\$
A	Licença Maternidade	0,07%	R\$ 0,00
B	Indicência 3.1 sobre 3.3	0,025%	R\$ 0,00
	Total (4.3)	0,095%	R\$ 0,00
4.4. Provisão para Rescisão		%	R\$
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	R\$ 0,00
B	Incidência 3.1 sobre aviso prévio indenizado	0,15%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,20%	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 0,00
E	Incidência 3.1 sobre aviso prévio indenizado	0,69%	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS do aviso prévio Trabalhado	4,00%	R\$ 0,00
	Total (4.4)	7,39%	R\$ 0,00
4.5. Custo Reposição Profissional Ausente		%	R\$
A	Férias	8,33%	R\$ 0,00
B	Ausência por doença	1,39%	R\$ 0,00
C	Licença paternidade	0,02%	R\$ 0,00
D	Ausências Legais	0,28%	R\$ 0,00
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,33%	R\$ 0,00
F	Outros		R\$ 0,00
	Subtotal	10,35%	R\$ 0,00
	Incidência 3.1 sobre Custo de reposição Ausência	3,71%	R\$ 0,00
G	Total (4.5)	14,06%	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	Encargos Sociais e Trabalhistas	%	R\$
4.1	Encargos Previdenciários e FGTS	35,80%	R\$ 0,00
4.2	13º Salário + Adicional de Férias	18,07%	R\$ 0,00
4.3	Licença Maternidade	0,095%	R\$ 0,00
4.4	Provisão para Rescisão	7,39%	R\$ 0,00
4.5	Custos de Reposição de profissional Ausente	14,06%	R\$ 0,00
4.6	Outros		
	TOTAL	75,42%	R\$ 0,00

MÓDULO – 5 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro.	%	(R\$)
5.1	Custos Indiretos	10,00%	R\$ 0,00
5.2	Lucro	10,00%	R\$ 0,00
5.3	PIS	1,65%	R\$ 0,00
5.4	CONFINS	7,60%	R\$ 0,00
5.5	ISSQN	5,00%	R\$ 0,00
5.6	Outros Tributos (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
	TOTAL	34,25%	R\$ 0,00

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

MÃO DE OBRA VINCULADA Á EXECUÇÃO CONTRATUAL POR EMPREGADO		VALOR
A	MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 0,00
B	MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 0,00
C	MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
D	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	R\$ 0,00
	Subtotal (A + B + C + D)	R\$ 0,00
E	MÓDULO – 5 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 0,00
	Valor total por Empregado	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

ANEXO V

MODELO PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS / CUIDADOR

1	Tipo de Serviço /função		Quantidade
CUIDADOR			50
2	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 0,00
3	Data Base		XX/XX/2024
FONTE: Convenção Coletiva de Trabalho SIEEACON - Sindicato dos Empregados nas empresas de Asseio e Conservação da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, com vigência de 01/03/2024 à 28/02/2025, Registro MTE. Nº RJ002356/2024			
MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
A	Salário Base		R\$ 0,00
B	Adicional de Periculosidade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Adicional Insalubridade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Adicional Noturno		
E	Hora Noturna Adicional		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Outras (gratificação)		
	Total (1.1)		R\$ 0,00
MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
A	Transporte		R\$ 0,00
A.1	Desconto Transporte		R\$ 0,00
B	Auxílio Alimentação (vales, cesta básica etc.).		R\$ 0,00
C	Assistência Médica e Familiar		R\$ 0,00
D	Auxílio Creche		R\$ 0,00
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral.		R\$ 0,00
F	Outros (BSF)		R\$ 0,00
	Total (2.1)		R\$ 0,00
MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS			
A	Uniformes		R\$ 0,00
B	Materiais/Utensílios (consumo, duráveis Permanentes).		R\$ 0,00
C	Manutenção de Equipamentos para Copa da Contratante		R\$ 0,00
D	Outros (especificar)		R\$ 0,00
	Total (3.1)		R\$ 0,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1. Encargos		%	R\$
Previdenciários e FGTS			
A	PREVIDÊNCIA	20,00%	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

B	SESI OU SESC	1,50%	R\$ 0,00
C	SENAI OU SENAC	1,00%	R\$ 0,00
D	INCRA	0,20%	R\$ 0,00
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 0,00
F	FGTS	8,00%	R\$ 0,00
G	Seguro de Acidente de Trabalho (SAT)	2,00%	R\$ 0,00
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,00
	Total (4.1)	35,80%	R\$ 0,00

4.2. 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	R\$
A	13º Salário	8,33%	R\$ 0,00
B	Adicional de Férias (1/3 Constitucional)	2,78%	R\$ 0,00
	Subtotal		R\$ 0,00
C	Indicência 3.1 sobre 3.2	6,96%	R\$ 0,00
	Total (4.2)	18,07%	R\$ 0,00

4.3. Licença Maternidade		%	R\$
A	Licença Maternidade	0,07%	R\$ 0,00
B	Indicência 3.1 sobre 3.3	0,025%	R\$ 0,00
	Total (4.3)	0,095%	R\$ 0,00

4.4. Provisão para Rescisão		%	R\$
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	R\$ 0,00
B	Incidência 3.1 sobre aviso prévio indenizado	0,15%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,20%	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 0,00
E	Incidência 3.1 sobre aviso prévio indenizado	0,69%	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS do aviso prévio Trabalhado	4,00%	R\$ 0,00
	Total (4.4)	7,39%	R\$ 0,00

4.5. Custo Reposição Profissional Ausente		%	R\$
A	Férias	8,33%	R\$ 0,00
B	Ausência por doença	1,39%	R\$ 0,00
C	Licença paternidade	0,02%	R\$ 0,00
D	Ausências Legais	0,28%	R\$ 0,00
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,33%	R\$ 0,00
F	Outros		R\$ 0,00
	Subtotal	10,35%	R\$ 0,00
	Incidência 3.1 sobre Custo de reposição Ausência	3,71%	R\$ 0,00
G	Total (4.5)	14,06%	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	Encargos Sociais e Trabalhistas	%	R\$
4.1	Encargos Previdenciários e FGTS	35,80%	R\$ 0,00
4.2	13º Salário + Adicional de Férias	18,07%	R\$ 0,00
4.3	Licença Maternidade	0,095%	R\$ 0,00
4.4	Provisão para Rescisão	7,39%	R\$ 0,00
4.5	Custos de Reposição de profissional Ausente	14,06%	R\$ 0,00
4.6	Outros		
	TOTAL	75,42%	R\$ 0,00

MÓDULO – 5 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro.	%	(R\$)
5.1	Custos Indiretos	10,00%	R\$ 0,00
5.2	Lucro	10,00%	R\$ 0,00
5.3	PIS	1,65%	R\$ 0,00
5.4	CONFINS	7,60%	R\$ 0,00
5.5	ISSQN	5,00%	R\$ 0,00
5.6	Outros Tributos (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
	TOTAL	34,25%	R\$ 0,00

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

MÃO DE OBRA VINCULADA Á EXECUÇÃO CONTRATUAL POR EMPREGADO		VALOR
A	MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 0,00
B	MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 0,00
C	MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
D	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	R\$ 0,00
	Subtotal (A + B + C + D)	R\$ 0,00
E	MÓDULO – 5 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 0,00
	Valor total por Empregado	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

ANEXO VI
MODELO PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS /
INSPETOR DE DISCIPLINA

1	Tipo de Serviço /função		Quantidade
INSPETOR DE DISCIPLINA			22
2	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 0,00
3	Data Base		XX/XX/2024
FONTE: Convenção Coletiva de Trabalho SIEEACON - Sindicato dos Empregados nas empresas de Asseio e Conservação da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, com vigência de 01/03/2024 à 28/02/2025, Registro MTE. Nº RJ002356/2024			
MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
A	Salário Base		R\$ 0,00
B	Adicional de Periculosidade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Adicional Insalubridade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Adicional Noturno		
E	Hora Noturna Adicional		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Outras (gratificação)		
	Total (1.1)		R\$ 0,00
MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
A	Transporte		R\$ 0,00
A.1	Desconto Transporte		R\$ 0,00
B	Auxílio Alimentação (vales, cesta básica etc.).		R\$ 0,00
C	Assistência Médica e Familiar		R\$ 0,00
D	Auxílio Creche		R\$ 0,00
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral.		R\$ 0,00
F	Outros (BSF)		R\$ 0,00
	Total (2.1)		R\$ 0,00
MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS			
A	Uniformes		R\$ 0,00
B	Materiais/Utensílios (consumo, duráveis Permanentes).		R\$ 0,00
C	Manutenção de Equipamentos para Copa da Contratante		R\$ 0,00
D	Outros (especificar)		R\$ 0,00
	Total (3.1)		R\$ 0,00
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

4.1. Encargos Previdenciários e FGTS		%	R\$
A	PREVIDÊNCIA	20,00%	R\$ 0,00
B	SESI OU SESC	1,50%	R\$ 0,00
C	SENAI OU SENAC	1,00%	R\$ 0,00
D	INCRA	0,20%	R\$ 0,00
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 0,00
F	FGTS	8,00%	R\$ 0,00
G	Seguro de Acidente de Trabalho (SAT)	2,00%	R\$ 0,00
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,00
	Total (4.1)	35,80%	R\$ 0,00
4.2. 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	R\$
A	13º Salário	8,33%	R\$ 0,00
B	Adicional de Férias (1/3 Constitucional)	2,78%	R\$ 0,00
	Subtotal		R\$ 0,00
C	Indicência 3.1 sobre 3.2	6,96%	R\$ 0,00
	Total (4.2)	18,07%	R\$ 0,00
4.3. Licença Maternidade		%	R\$
A	Licença Maternidade	0,07%	R\$ 0,00
B	Indicência 3.1 sobre 3.3	0,025%	R\$ 0,00
	Total (4.3)	0,095%	R\$ 0,00
4.4. Provisão para Rescisão		%	R\$
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	R\$ 0,00
B	Incidência 3.1 sobre aviso prévio indenizado	0,15%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,20%	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 0,00
E	Incidência 3.1 sobre aviso prévio indenizado	0,69%	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS do aviso prévio Trabalhado	4,00%	R\$ 0,00
	Total (4.4)	7,39%	R\$ 0,00
4.5. Custo Reposição Profissional Ausente		%	R\$
A	Férias	8,33%	R\$ 0,00
B	Ausência por doença	1,39%	R\$ 0,00
C	Licença paternidade	0,02%	R\$ 0,00
D	Ausências Legais	0,28%	R\$ 0,00
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,33%	R\$ 0,00
F	Outros		R\$ 0,00
	Subtotal	10,35%	R\$ 0,00
	Incidência 3.1 sobre Custo de reposição Ausência	3,71%	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

G	Total (4.5)	14,06%	R\$ 0,00
---	-------------	--------	----------

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	Encargos Sociais e Trabalhistas	%	R\$
4.1	Encargos Previdenciários e FGTS	35,80%	R\$ 0,00
4.2	13º Salário + Adicional de Férias	18,07%	R\$ 0,00
4.3	Licença Maternidade	0,095%	R\$ 0,00
4.4	Provisão para Rescisão	7,39%	R\$ 0,00
4.5	Custos de Reposição de profissional Ausente	14,06%	R\$ 0,00
4.6	Outros		
	TOTAL	75,42%	R\$ 0,00

MÓDULO – 5 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro.	%	(R\$)
5.1	Custos Indiretos	10,00%	R\$ 0,00
5.2	Lucro	10,00%	R\$ 0,00
5.3	PIS	1,65%	R\$ 0,00
5.4	CONFINS	7,60%	R\$ 0,00
5.5	ISSQN	5,00%	R\$ 0,00
5.6	Outros Tributos (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
	TOTAL	34,25%	R\$ 0,00

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

MÃO DE OBRA VINCULADA Á EXECUÇÃO CONTRATUAL POR EMPREGADO		VALOR
A	MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 0,00
B	MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAS E DIÁRIOS	R\$ 0,00
C	MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
D	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	R\$ 0,00
	Subtotal (A + B + C + D)	R\$ 0,00
E	MÓDULO – 5 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 0,00
	Valor total por Empregado	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

ANEXO VII
MODELO PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS
MERENDEIRA

ANEXO III - PLANILHA COMPOSIÇÃO CUSTOS MÃO DE OBRA

1	Tipo de Serviço /função		Quantidade
MERENDEIRA			31
2	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 0,00
3	Data Base		XX/XX/2024
FONTE: Convenção Coletiva de Trabalho SIEEACON - Sindicato dos Empregados nas empresas de Asseio e Conservação da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, com vigência de 01/03/2024 à 28/02/2025, Registro MTE. Nº RJ002356/2024			
MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
A	Salário Base		R\$ 0,00
B	Adicional de Periculosidade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Adicional Insalubridade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Adicional Noturno		
E	Hora Noturna Adicional		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Outras (gratificação)		
	Total (1.1)		R\$ 0,00
MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
A	Transporte		R\$ 0,00
A.1	Desconto Transporte		R\$ 0,00
B	Auxílio Alimentação (vales, cesta básica etc.).		R\$ 0,00
C	Assistência Médica e Familiar		R\$ 0,00
D	Auxílio Creche		R\$ 0,00
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral.		R\$ 0,00
F	Outros (BSF)		R\$ 0,00
	Total (2.1)		R\$ 0,00
MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS			
A	Uniformes		R\$ 0,00
B	Materiais/Utensílios (consumo, duráveis Permanentes).		R\$ 0,00
C	Manutenção de Equipamentos para Copa da Contratante		R\$ 0,00
D	Outros (especificar)		R\$ 0,00
	Total (3.1)		R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4.1. Encargos		%	R\$
Previdenciários e FGTS			
A	PREVIDÊNCIA	20,00%	R\$ 0,00
B	SESI OU SESC	1,50%	R\$ 0,00
C	SENAI OU SENAC	1,00%	R\$ 0,00
D	INCRA	0,20%	R\$ 0,00
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 0,00
F	FGTS	8,00%	R\$ 0,00
G	Seguro de Acidente de Trabalho (SAT)	2,00%	R\$ 0,00
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,00
	Total (4.1)	35,80%	R\$ 0,00
4.2. 13º Salário, Férias e		%	R\$
Adicional de Férias			
A	13º Salário	8,33%	R\$ 0,00
B	Adicional de Férias (1/3 Constitucional)	2,78%	R\$ 0,00
	Subtotal		R\$ 0,00
C	Indicência 3.1 sobre 3.2	6,96%	R\$ 0,00
	Total (4.2)	18,07%	R\$ 0,00
4.3. Licença		%	R\$
Maternidade			
A	Licença Maternidade	0,07%	R\$ 0,00
B	Indicência 3.1 sobre 3.3	0,025%	R\$ 0,00
	Total (4.3)	0,095%	R\$ 0,00
4.4. Provisão para		%	R\$
Rescisão			
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	R\$ 0,00
B	Incidência 3.1 sobre aviso prévio indenizado	0,15%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,20%	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 0,00
E	Incidência 3.1 sobre aviso prévio indenizado	0,69%	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS do aviso prévio Trabalhado	4,00%	R\$ 0,00
	Total (4.4)	7,39%	R\$ 0,00
4.5. Custo Reposição Profissional		%	R\$
Ausente			
A	Férias	8,33%	R\$ 0,00
B	Ausência por doença	1,39%	R\$ 0,00
C	Licença paternidade	0,02%	R\$ 0,00
D	Ausências Legais	0,28%	R\$ 0,00
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,33%	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

F	Outros		R\$ 0,00
	Subtotal	10,35%	R\$ 0,00
	Incidência 3.1 sobre Custo de reposição Ausência	3,71%	R\$ 0,00
G	Total (4.5)	14,06%	R\$ 0,00

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	Encargos Sociais e Trabalhistas	%	R\$
4.1	Encargos Previdenciários e FGTS	35,80%	R\$ 0,00
4.2	13º Salário + Adicional de Férias	18,07%	R\$ 0,00
4.3	Licença Maternidade	0,095%	R\$ 0,00
4.4	Provisão para Rescisão	7,39%	R\$ 0,00
4.5	Custos de Reposição de profissional Ausente	14,06%	R\$ 0,00
4.6	Outros		
	TOTAL	75,42%	R\$ 0,00

MÓDULO – 5 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro.	%	(R\$)
5.1	Custos Indiretos	10,00%	R\$ 0,00
5.2	Lucro	10,00%	R\$ 0,00
5.3	PIS	1,65%	R\$ 0,00
5.4	CONFINS	7,60%	R\$ 0,00
5.5	ISSQN	5,00%	R\$ 0,00
5.6	Outros Tributos (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
	TOTAL	34,25%	R\$ 0,00

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

MÃO DE OBRA VINCULADA Á EXECUÇÃO CONTRATUAL POR EMPREGADO		VALOR
A	MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 0,00
B	MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 0,00
C	MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
D	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	R\$ 0,00
	Subtotal (A + B + C + D)	R\$ 0,00
E	MÓDULO – 5 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 0,00
	Valor total por Empregado	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

ANEXO VIII
MODELO PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS
SERVENTE

1	Tipo de Serviço /função		Quantidade
SERVENTE			33
2	Salário Normativo da Categoria Profissional		R\$ 0,00
3	Data Base		XX/XX/2024
FONTE: Convenção Coletiva de Trabalho SIEEACON - Sindicato dos Empregados nas empresas de Asseio e Conservação da Região Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, com vigência de 01/03/2024 à 28/02/2025, Registro MTE. Nº RJ002356/2024			
MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
A	Salário Base		R\$ 0,00
B	Adicional de Periculosidade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
C	Adicional Insalubridade	R\$ 0,00	R\$ 0,00
D	Adicional Noturno		
E	Hora Noturna Adicional		
F	Adicional de Hora Extra		
G	Outras (gratificação)		
	Total (1.1)		R\$ 0,00
MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS			
A	Transporte		R\$ 0,00
A.1	Desconto Transporte		R\$ 0,00
B	Auxílio Alimentação (vales, cesta básica etc.).		R\$ 0,00
C	Assistência Médica e Familiar		R\$ 0,00
D	Auxílio Creche		R\$ 0,00
E	Seguro de Vida, Invalidez e Funeral.		R\$ 0,00
F	Outros (BSF)		R\$ 0,00
	Total (2.1)		R\$ 0,00
MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS			
A	Uniformes		R\$ 0,00
B	Materiais/Utensílios (consumo, duráveis Permanentes).		R\$ 0,00
C	Manutenção de Equipamentos para Copa da Contratante		R\$ 0,00
D	Outros (especificar)		R\$ 0,00
	Total (3.1)		R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4.1. Encargos		%	R\$
Previdenciários e FGTS			
A	PREVIDÊNCIA	20,00%	R\$ 0,00
B	SESI OU SESC	1,50%	R\$ 0,00
C	SENAI OU SENAC	1,00%	R\$ 0,00
D	INCRA	0,20%	R\$ 0,00
E	Salário Educação	2,50%	R\$ 0,00
F	FGTS	8,00%	R\$ 0,00
G	Seguro de Acidente de Trabalho (SAT)	2,00%	R\$ 0,00
H	SEBRAE	0,60%	R\$ 0,00
Total (4.1)		35,80%	R\$ 0,00
4.2. 13º Salário, Férias e		%	R\$
Adicional de Férias			
A	13º Salário	8,33%	R\$ 0,00
B	Adicional de Férias (1/3 Constitucional)	2,78%	R\$ 0,00
Subtotal			R\$ 0,00
C	Indicência 3.1 sobre 3.2	6,96%	R\$ 0,00
Total (4.2)		18,07%	R\$ 0,00
4.3. Licença		%	R\$
Maternidade			
A	Licença Maternidade	0,07%	R\$ 0,00
B	Indicência 3.1 sobre 3.3	0,025%	R\$ 0,00
Total (4.3)		0,095%	R\$ 0,00
4.4. Provisão para		%	R\$
Rescisão			
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	R\$ 0,00
B	Incidência 3.1 sobre aviso prévio indenizado	0,15%	R\$ 0,00
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,20%	R\$ 0,00
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	R\$ 0,00
E	Incidência 3.1 sobre aviso prévio indenizado	0,69%	R\$ 0,00
F	Multa do FGTS do aviso prévio Trabalhado	4,00%	R\$ 0,00
Total (4.4)		7,39%	R\$ 0,00
4.5. Custo Reposição		%	R\$
Profissional Ausente			
A	Férias	8,33%	R\$ 0,00
B	Ausência por doença	1,39%	R\$ 0,00
C	Licença paternidade	0,02%	R\$ 0,00
D	Ausências Legais	0,28%	R\$ 0,00
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,33%	R\$ 0,00
F	Outros		R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

	Subtotal	10,35%	R\$ 0,00
	Incidência 3.1 sobre Custo de reposição Ausência	3,71%	R\$ 0,00
G	Total (4.5)	14,06%	R\$ 0,00

QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	Encargos Sociais e Trabalhistas	%	R\$
4.1	Encargos Previdenciários e FGTS	35,80%	R\$ 0,00
4.2	13º Salário + Adicional de Férias	18,07%	R\$ 0,00
4.3	Licença Maternidade	0,095%	R\$ 0,00
4.4	Provisão para Rescisão	7,39%	R\$ 0,00
4.5	Custos de Reposição de profissional Ausente	14,06%	R\$ 0,00
4.6	Outros		
	TOTAL	75,42%	R\$ 0,00

MÓDULO – 5 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro.	%	(R\$)
5.1	Custos Indiretos	10,00%	R\$ 0,00
5.2	Lucro	10,00%	R\$ 0,00
5.3	PIS	1,65%	R\$ 0,00
5.4	CONFINS	7,60%	R\$ 0,00
5.5	ISSQN	5,00%	R\$ 0,00
5.6	Outros Tributos (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
	TOTAL	34,25%	R\$ 0,00

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

MÃO DE OBRA VINCULADA Á EXECUÇÃO CONTRATUAL POR EMPREGADO		VALOR
A	MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	R\$ 0,00
B	MÓDULO 2 – BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	R\$ 0,00
C	MÓDULO 3 – INSUMOS DIVERSOS	R\$ 0,00
D	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	R\$ 0,00
	Subtotal (A + B + C + D)	R\$ 0,00
E	MÓDULO – 5 CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	R\$ 0,00
	Valor total por Empregado	R\$ 0,00



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

ANEXO IX

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º /2024

PREGÃO ELETRÔNICO N.º /2024

O Município de Itatiaia, Pessoa Jurídica de Direito Interno Público, inscrito no CNPJ - MF 31.846.892/0001-70, situado à Praça Mariana Rocha Leão, n.º 20, Centro, Itatiaia/RJ, representado pelo **Secretário Municipal de Educação, Sra. Márcia Cristina de S. C. Sabadini**, nacionalidade_____, estado civil_____, inscrito no CPF sob o n.º _____, RG n.º _____ – _____, endereço, doravante denominado simplesmente **Contratante registra os preços** da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede em _____ (endereço), na pessoa de seu (sua) representante legal, Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____, inscrito (a) no CPF sob o n.º _____, para **registro de preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra complementar de cunho administrativo e operacional (auxiliar de creche, cuidador, inspetor de disciplina, merendeira e servente) para atender as necessidades das unidades de ensino da rede municipal de ensino de itatiaia / RJ, por período de 12 (doze) meses, nos termos da lei federal n. 14.133 de 1 de abril de 2021**, decorrente do Pregão Eletrônico n.º ____/2024, para Sistema de Registro de Preços, conforme art. 82 a 86, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações. As especificações técnicas constantes do Pregão mencionado e seus anexos e a proposta comercial da empresa integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

O prazo de vigência do Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura desta Ata de Registro de Preços.

Serviços Registrados:

<u>Lot e</u>	<u>Item</u>	<u>Qt</u>	<u>Un</u>	<u>Especificação do Objeto</u>	<u>Valor Unitario Máximo mês (R\$)</u>	<u>Valor Total Máximo mês (R\$)</u>	<u>Valor Total Máximo 12 meses (R\$)</u>
01	01	77	un	Auxiliar de Creche (40 horas semanais)			
	02	50	un	Cuidador (40 horas semanais)			
	03	22	un	Inspetor de Disciplina (40 horas semanais)			
	04	31	un	Merendeira (40 horas semanais)			
	05	33	un	Servente (40 horas semanais)			



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

1 - DA ENTREGA E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO:

1.1. A efetivação da presente Ata não obriga a Administração a adquirir os materiais e/ou serviços registrados, no todo ou em parte, podendo até mesmo realizar outros procedimentos licitatórios para aquisição dos materiais e/ou serviços nos termos do art 25 do Decreto Municipal nº 4.470/2024;

1.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, prazo que iniciará na data de assinatura da mesma, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovada a vantagem dos preços;

1.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, de acordo com o art. 14, do Decreto Municipal n.º 4.470/2024;

1.3. A Contratada deverá seguir todas as determinações constantes no Edital Licitatório e seus anexos;

1.4. A Contratada deverá fornecer mão de obra especializada, todos os uniforme, EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e demais equipamentos necessários para a prestação dos serviços, conforme o caso;

1.5. Havendo necessidade excepcional, nos casos em que não for possível a interrupção dos serviços ou quanto a sua execução somente puder ocorrer em horários fora expediente, poderá ser solicitado;

1.6. A Contratada deve adotar medidas rigorosas em relação à segurança, cumprindo todas as regras e normas aplicáveis à prestação dos serviços;

1.7. A equipe deverá apresentar-se ao trabalho devidamente uniformizada e munida de todos os equipamentos necessários, inclusive os equipamentos de proteção individual e coletiva – EPI's e EPC's;

1.8. O Município poderá determinar a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica ou de segurança, ou ainda por inobservância ou desobediência as suas determinações. Caberá à Contratada arcar com todos os ônus e encargos decorrentes, quando as razões da paralisação lhe forem imputáveis;

1.9. O objeto será recebido nos termos do art. 140, inciso I, alíneas "a" e "b", e § 1º, 2º, 3º, da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

c) O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato;

d) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

1.10. A Contratada que não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços estará sujeita às sanções previstas neste Edital. Neste caso, o Município poderá convocar, obedecida a ordem de classificação, o próximo fornecedor registrado no SRP;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

1.11. Os serviços objeto desta licitação, quando contratados, serão fiscalizados pela Secretaria Secretaria Municipal de Educação, por meio da servidora **Renata de Paula Simões, matrícula nº 9469, inscrita no CPF nº 799.396.787-20** a ser designada formalmente para tal, que determinará o que for necessário para regularização de faltas e defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ficando os titulares da referida Secretaria como corresponsáveis;

1.12. À fiscalização caberá:

a) Verificar se a entrega do objeto e/ ou prestação dos serviços está sendo realizada em conformidade com as determinações deste Edital e do Contrato gerado para sua execução;

b) Adotar as providências necessárias à preservação dos interesses do erário, promovendo a atestação das faturas, opinando pela aplicação das penalidades cabíveis em caso falhas e inadimplementos e praticar os atos indispensáveis a boa execução do Contrato sob sua responsabilidade;

c) Emitir e cobrar, com a periodicidade determinada, os relatórios acerca da execução do Contrato, sugerindo, em tempo hábil, as providências necessárias em benefício da Administração, inclusive no tocante às hipóteses de alterações contratuais, de prorrogação, de rescisão, bem como aquelas destinadas a abertura de novo procedimento licitatório, se for o caso;

1.13. Ficam reservados à fiscalização/gestor do Contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previsto no processo administrativo, e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus a Contratante ou modificação do objeto da contratação;

1.14. As decisões que ultrapassarem a competência da fiscalização do Contrato deverão ser solicitadas formalmente pela Contratada à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscalizador, por intermédio dele, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes;

1.15. A Contratada deverá aceitar, obrigatoriamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades;

1.16. A existência e atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Administração Municipal ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da Administração Municipal ou de seus prepostos, devendo, ainda, a Contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato da Administração Municipal dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

2 - DO PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DE PREÇOS DO OBJETO:

2.1. O processamento para pagamento observará a legislação pertinente à legalidade da despesa pública (Decreto Municipal n.º 3.316/19 e Instrução Normativa CGM n.º 01/22), e será realizado da seguinte forma:

2.2. O pagamento dos serviços executados será efetuado por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com as medições efetuadas pela fiscalização do contrato.

2.3. Para efeitos de pagamento, a Contratada deverá apresentar documentos de cobrança constando de forma discriminada a efetiva discriminação do serviço prestado, o quantitativo de serviço efetivamente prestado, informando ainda o nome e número do banco, agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

2.4. A Contratada deverá apresentar, juntamente aos documentos de cobrança, Certidão de comprovação de regularidade junto as Contribuições Previdenciárias, junto ao FGTS, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

2.4.1. A Contratada deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica com **QR CODE** ou **CÓDIGO DE BARRAS**;

2.5. Os documentos de cobrança, juntamente com as Certidões deverão ser entregues pela Contratada, ao fiscal do Contrato, com protocolo de recebimento;

2.6. Caso o objeto executado seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste Edital, no Termo de Referência anexo a este e no Contrato Administrativo gerado para a sua execução, ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a licitante vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento;

2.7. Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do seu recebimento, o fiscal do Contrato deverá encaminhá-lo para pagamento;

2.8. Havendo atraso no pagamento que tenha dado causa a Contratante, a Contratada fará jus a 0,033% (trinta e três milésimo por cento) por dia útil de atraso, calculado sobre o valor da fatura em atraso, fazendo jus a Contratante ao mesmo percentual de desconto em caso de antecipação do pagamento;

2.9. Durante a vigência, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de quebra do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124, da Lei Federal 14.133/2021 c/c os art. 19 e 20 termos do Decreto Municipal nº 4.470/2024;

2.10. Se comprovada a redução dos preços praticados no mercado, a Administração convocará a Contratada para, após negociação, redefinir os preços e alterar a Ata de Registro de Preços.

3 - DA DOTAÇÃO DE COBERTURA DOS MATERIAIS REGISTRADOS:

3.1. A despesa decorrente desta Ata de Registro de Preços correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

a) Projeto/Atividade: 2.024, **Elemento:** 3.3.90.34.00, **Fonte de recurso:** 1500 da Secretaria Municipal de Educação;

b) Projeto/Atividade: 2.025, **Elemento:** 3.3.90.34.00, **Fonte de recurso:** 1500, da Secretaria Municipal de Educação;

4 - DO CADASTRO DE RESERVA:

4.1. Ficam as empresas identificadas abaixo registradas no Cadastro de Reserva, formalizado nos termos da ordem de classificação junto ao Pregão que deu origem ao presente registro, ficando essas empresas, em caso de impedimento ou desistência da detentora do registro, convocadas a fornecerem o objeto do registro pelo mesmo valor da licitante detentora.

1) Empresa: _____;

2) Empresa: _____.

4.2. Nota explicativa: não havendo licitantes que tenham manifestado intenção de participar do Cadastro de Reserva, nos termos do Edital Licitatório que originou a presente Ata, constará, neste item, a redação **“Não houve licitante interessada ao Cadastro de Reserva”**.

5 - DA VALIDADE E DA ADESÃO:

5.1. Homologado o resultado da licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, que constitui documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para futura



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

contratação, com validade de **12 (doze) meses** contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovada a vantajosidade dos preços;

5.2. A existência de preços registrados não obriga o Município de Itatiaia a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específicas para a aquisição de produtos e/ou materiais ora licitados nos termos do art 25 do Decreto Municipal nº 4.470/2024;

5.3. A entrega dos materiais registrados, quando solicitados pela Administração Municipal, se dará através de Solicitação de Fornecimento, obrigatoriamente formalizada dentro do prazo de vigência da Ata, pela Secretaria Municipal de Administração;

5.4. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente Pregão poderá ser aderida, nos termos do art. 86 da Lei Federal 14.133/2021 c/c art. 23 e 24, do Decreto Municipal nº 4.470/2024;

5.5. Constitui-se Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços decorrente deste Pregão de SRP a Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Licitações, em relação à autorização de adesão, validade dos preços e sua economicidade, e todos os demais atos definidos no Decreto Municipal nº 4.470/2024, e como Órgão Gestor/Participante a Secretaria Municipal de Educação;

5.6. Os Municípios ou Órgãos Não Participantes que solicitarem adesão à Ata serão os únicos e totais responsáveis em relação à economicidade da Ata aderida.

5.7. Os pedidos de adesão à presente Ata deverão iniciar-se por pedido formulado pelo Gestor Público, do Município ou Órgão não Participante, através de ofício de solicitação de adesão encaminhado ao Prefeito Municipal de Itatiaia;

6 - DO CONTROLE E DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS:

6.1. Durante a sua vigência, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas de quebra do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 124, da Lei Federal 14.133/2021 c/c os art. 19 e 20 do Decreto Municipal nº 4.470/2024;

6.2. Se comprovada a redução dos preços praticados no mercado, a Administração convocará a empresa vencedora para, após negociação, redefinir os preços e alterar a Ata de Registro de Preços.

7 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

7.1. As obrigações e responsabilidades em relação à execução da presente Ata são aquelas definidas para Contratada e Contratante no Edital Licitatório do qual a presente Ata se originou, conforme abaixo:

7.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) A Contratada executará o objeto por sua exclusiva conta e responsabilidade, inclusive a referente a perdas e danos contra terceiros, ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária;

b) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, nos termos do art. 116, da Lei Federal nº 14.133/2021;

c) A Contratada deverá manter sempre atualizada a condição de habilitação exigida no Edital, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, podendo a fiscalizadora exigir a comprovação desta manutenção sempre que julgar necessário;

d) A empresa deverá disponibilizar um funcionário e dispor de número telefônico e e-mail para contato imediato da Contratante;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

e) Informar a Contratante sobre qualquer dificuldade, imprevisto ou alteração no objeto da licitação ou data e forma de entrega, com a devida justificativa;

f) Demais obrigações previstas no Edital Licitatório e seus anexos.

7.3. DAS RESPONSABILIDADES CIVIS DA CONTRATADA:

a) A Contratada é responsável pela indenização de danos causados em decorrência de negligência, omissão, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos.

b) A fiscalização ou acompanhamento da execução da contratação pelos órgãos da PMI não excluem as responsabilidades da Contratada.

7.4. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIA:

a) Efetuar o pagamento à Contratada, na forma estabelecida no Edital licitatório e seus anexos;

b) Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares à execução do objeto;

c) Notificar, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da execução do objeto;

d) Demais obrigações previstas no Edital Licitatório e seus anexos.

8 - DAS SANÇÕES E PENALIDADES:

8.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições desta Ata de Registro de Preços ou cometimento das faltas dispostas no artigo 155, da Lei Federal nº 14133/2021, o Município, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da Lei Civil, aplicará à Contratada, conforme o caso, as penalidades previstas no artigo 156 da mesma Lei, observado a ampla defesa e contraditório, pela ordem, as seguintes penalidades:

I - Advertência escrita - comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento da Ata e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

II - Multa - deverá observar os seguintes limites máximos:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, calculado sobre o valor da fatura a ser entregue, por dia de atraso na entrega do objeto;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou da Ata de Registro de Preços, independente da aplicação de outras sanções previstas em lei, nas hipóteses de o adjudicatário se recusar a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou não aceitar ou retirar a ordem de fornecimento, caso de recusa em efetuar a garantia contratual ou apresentar documentos irregulares ou falsos;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido as infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155;

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido as infrações administrativas previstas nos incisos VIII,



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo.

8.2. No caso de reincidência específica, a multa moratória deverá corresponder ao dobro do valor daquela que tiver sido inicialmente imposta, porém deverá observar sempre o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

8.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV da cláusula 8.1 poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no inciso II, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

9 - DO CANCELAMENTO E DA REVOGAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS:

9.1. A Contratada Registrada poderá ter seu Registro de Preços cancelado por intermédio de processo administrativo específico, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 21 e 22 do Decreto Municipal nº 4.470/2024, nos seguintes casos:

9.1.1. Por iniciativa do Município quando a Detentora do registro:

- a)** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b)** Não assinar a Ata de Registro de Preços e/ou retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c)** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d)** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

9.2. O cancelamento do Registro de Preços pode ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados por razão de interesse público ou a pedido do Fornecedor.

9.2.1. A comunicação do cancelamento do Registro de Preço, nos casos previstos item **9.2**, deve ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou protocolo, juntando-se comprovante nos autos do Registro de Preços;

9.2.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação deve ser feita por publicação em veículo oficial de divulgação, assegurado o prazo recursal de 5 (cinco) dias.

9.3. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Município fará o devido apostilamento da revisão ou cancelamento do registro, no processo administrativo correspondente.

9.4. A Ata de Registro de Preços poderá ser revogada pelo Município:

- 9.4.1.** Automaticamente;
- 9.4.2.** Por decurso de prazo de vigência;
- 9.4.3.** Quando não restarem fornecedores registrados;
- 9.4.4.** Pelo Município, quando caracterizado o interesse público.

10 - DA INTEGRALIDADE:

Fazem parte integrante da presente Ata o Edital de Pregão Eletrônico n.º ____/2024, a proposta financeira da Contratada, e o Processo Administrativo n.º 5824/2024, independente de transcrição ou menção expressa.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

11 - DO REGIME JURÍDICO:

A legislação aplicável à execução desta Ata de Registro de Preços é Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações, a Lei Complementar n.º 123/2006 e os Decretos Municipais n.º 4.463/2024 e 4.470/2024 no que couber e principalmente nos casos omissos.

12 - DO FORO:

O Foro para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato é o da Comarca de Itatiaia, pelo privilégio do § 1º, do art. 92, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.

E, por estarem justos e contratados, assinam a presente Ata em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim.

Itatiaia/ RJ, ____ de _____ de 2024.

Márcia Cristina de S. C. Sabadine
Secretaria Municipal de Educação
(Contratante)

Sr.
Empresa
(Contratada)



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

ANEXO X

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º /2024

Processo Administrativo n.º 5824/2024

Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram o Município de Itatiaia, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Serviços Públicos, e a empresa _____, na forma abaixo:

O Município de Itatiaia, Pessoa Jurídica de Direito Interno Público, inscrito no CNPJ - MF sob o n.º 31.846.892/0001-70, situado à Praça Mariana Rocha Leão, n.º 20, Centro, Itatiaia / RJ, representado pelo Secretário Municipal de Educação, Sra. Márcia Cristina de S. C. Sabadine, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, residente e domiciliado à Rua _____, n.º _____, bairro _____, cidade/estado _____, doravante denominado simplesmente **Contratante**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ-MF n.º _____, com sede na Rua _____, n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, na pessoa de seu (sua) representante legal, Sr. (a) _____, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito (a) no CPF n.º _____, portador (a) da carteira de identidade n.º _____, doravante denominada simplesmente **Contratada**, celebram o presente Contrato conforme Processo Administrativo n.º 5824/2024, com base no Pregão Eletrônico n.º ____/2024, regido pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações, e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

O presente Contrato tem como objeto a **registro de preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra complementar de cunho administrativo e operacional (auxiliar de creche, cuidador, inspetor de disciplina, merendeira e servente) para atender as necessidades das unidades de ensino da rede municipal de ensino de itatiaia / RJ, por período de 12 (doze) meses, nos termos da lei federal n. 14.133 de 1 de abril de 2021, nos termos determinados pelo Pregão Eletrônico n.º ____/2024 e seus anexos.**

<u>Lote</u>	<u>Item</u>	<u>Qt.</u>	<u>Un.</u>	<u>Especificação do Objeto</u>	<u>Valor Unitario Máximo</u> <u>mês</u> <u>(R\$)</u>	<u>Valor Total Máximo</u> <u>mês</u> <u>(R\$)</u>	<u>Valor Total Máximo</u> <u>12 meses</u> <u>(R\$)</u>
01	01	77	un	Auxiliar de Creche (40 horas semanais)			



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

02	50	un	Cuidador (40 horas semanais)			
03	22	un	Inspetor de Disciplina (40 horas semanais)			
04	31	un	Merendeira (40 horas semanais)			
05	33	un	Servente (40 horas semanais)			
Valor Global - R\$ _____ (_____)						

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR CONTRATUAL E DA GARANTIA

Pela execução dos serviços a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$ _____** (_____), o qual poderá ser aditado ou suprimido somente mediante justificativa plausível, que atenda as exigências dos artigos 124 a 136, da Lei Federal nº 14.133/2021, no que for aplicável;

Parágrafo Primeiro - A Contratada deverá prestar uma garantia em qualquer modalidade prevista pelo §1º, art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/21, da ordem de **2% (dois por cento)** do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

a) Para a modalidade de seguro-garantia, o prazo para a apresentação da garantia será de até 30 (trinta) dias, contados da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do art. 96, §3º, da Lei 14.133/21;

b) Nas demais modalidades, o prazo para a apresentação da garantia será de até 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato. O Prazo poderá ser prorrogável por igual período desde que devidamente justificado;

c) A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

d) Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/21, a garantia deverá ser complementada para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do Contrato;

e) Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, a CONTRATANTE se utilizará da garantia dada para a finalidade de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela CONTRATADA, na recomposição das perdas e danos sofridos. A CONTRATADA ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 10 (dez) dias úteis seguintes à sua notificação.

f) A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, conforme art. 100 da Lei nº 14.133 de 2021, mediante requerimento;

g) A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual;

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

A vigência do presente Contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura da ordem de início de execução, podendo ser prorrogado mediante justificativa, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA: DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

§1º. A Contratada deverá seguir todas as determinações constantes no Edital Licitatório e seus anexos;

§2º. A Contratada deverá fornecer mão de obra especializada, todos os uniforme, EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) e demais equipamentos necessários para a prestação dos serviços, conforme o caso;

§3º. Havendo necessidade excepcional, nos casos em que não for possível a interrupção dos serviços ou quanto a sua execução somente puder ocorrer em horários fora expediente, poderá ser solicitado;

§4º. A Contratada deve adotar medidas rigorosas em relação à segurança, cumprindo todas as regras e normas aplicáveis à prestação dos serviços;

§5º. A equipe deverá apresentar-se ao trabalho devidamente uniformizada e munida de todos os equipamentos necessários, inclusive os equipamentos de proteção individual e coletiva – EPI's e EPC's;

§6º. O Município poderá determinar a paralisação dos serviços por motivo de relevante ordem técnica ou de segurança, ou ainda por inobservância ou desobediência as suas determinações. Caberá à Contratada arcar com todos os ônus e encargos decorrentes, quando as razões da paralisação lhe forem imputáveis;

§7º. O objeto será recebido nos termos do art. 140, inciso II, alíneas "a" e "b", e § 1º, 2º, 3º, da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

c) O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato;

d) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§8º. A Contratada deverá observar o prazo de execução estipulado, pois seu descumprimento ensejará no descredenciamento da mesma como fornecedora / prestadora de serviços da Prefeitura Municipal de Itatiaia, pelo período de até 05 (cinco) anos;

§9º. Os serviços objeto desta licitação, quando contratados, serão fiscalizados pela Secretaria Municipal de Educação, por meio da servidora **Renata de Paula Simões, matrícula nº 9469, inscrita no CPF nº 799.396.787-20** a ser designada formalmente para tal, que determinará o que for necessário para regularização de faltas e defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ficando os titulares da referida Secretaria como corresponsáveis;

§10º. À fiscalização do Contrato caberá:

a) Verificar se a entrega do objeto e/ ou prestação dos serviços está sendo realizada em conformidade com as determinações deste Edital e do Contrato gerado para sua execução;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

b) Adotar as providências necessárias à preservação dos interesses do erário, promovendo a atestação das faturas, opinando pela aplicação das penalidades cabíveis em caso falhas e inadimplementos e praticar os atos indispensáveis a boa execução do Contrato sob sua responsabilidade;

c) Emitir e cobrar, com a periodicidade determinada, os relatórios acerca da execução do Contrato, sugerindo, em tempo hábil, as providências necessárias em benefício da Administração, inclusive no tocante às hipóteses de alterações contratuais, de prorrogação, de rescisão, bem como aquelas destinadas a abertura de novo procedimento licitatório, se for o caso;

§11º. Ficam reservados à fiscalização/gestor do Contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo, e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus a Contratante ou modificação do objeto da contratação;

§12º. As decisões que ultrapassarem a competência da fiscalização do Contrato deverão ser solicitadas formalmente pela Contratada à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscalizador, por intermédio dele, em tempo hábil para adoção de medidas convenientes;

§13º. A Contratada deverá aceitar, obrigatoriamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades;

§14º. A existência e atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Administração Municipal ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da Administração Municipal ou de seus prepostos, devendo, ainda, a Contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato da Administração Municipal dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

Das Obrigações da Contratada:

a) A Contratada executará o objeto por sua exclusiva conta e responsabilidade, inclusive a referente a perdas e danos contra terceiros, ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária;

b) A Contratada deverá manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação;

c) Ao longo de toda a execução do contrato, a contratada deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, nos termos do art. 116, da Lei Federal nº 14.133/2021;

d) A Contratada deverá observar, na execução dos serviços, as normas e especificações técnicas a que estiver legalmente vinculada, as estabelecidas no edital licitatório e seus anexos;

e) A Contratada deverá arcar com todas as despesas decorrentes de eventuais serviços realizados em horários extraordinários (diurno, noturno, domingos e feriados), necessários ao exato cumprimento das obrigações pactuadas;

f) A Contratada deverá certificar-se, respondendo por eventuais descumprimentos, de que todos os seus empregados e os de suas eventuais subcontratadas fazem uso dos Equipamentos de



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

Proteção Individual (EPI), legalmente exigíveis, concernentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, tais como capacete, botas, luvas, capas, óculos etc.;

g) A Contratada deverá permitir ao Município, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da fiscalização, proporcionando-lhe pleno acesso aos serviços, bem como, atendendo, prontamente, às determinações que lhes forem feitas, com o propósito de melhor atender as obrigações pactuadas;

h) A Contratada deverá executar o objeto deste contrato com zelo, diligência e economia, procedendo sempre de acordo com a melhor técnica aplicável a serviços dessa natureza;

i) A Contratada deverá acatar as determinações da fiscalização do Município no sentido de substituir, de imediato, equipamentos que porventura apresentar defeitos ou imperfeições;

j) A Contratada deverá efetuar os serviços objeto deste contrato obedecendo fiel e integralmente a todas as condições nele estabelecidas, bem como, as instruções e determinações expedidas pela fiscalização do Município;

k) A Contratada deverá comparecer espontaneamente em juízo, na hipótese de qualquer reclamação trabalhista intentada ou ajuizada por seus empregados contra o Município, reconhecendo sua verdadeira condição de empregadora, substituindo o Município no processo, até o final do julgamento, arcando com todas as despesas decorrentes de eventual condenação;

l) Quaisquer erros ou imperícias na execução do contrato, constatados pelo Município, obrigarão a contratada, à sua conta e risco, a repor as parcelas de serviços impugnados, sem prejuízo de Ação Regressiva contra quem tiver dado causa;

m) A Contratada deverá comunicar ao fiscal da execução contratual, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), os motivos de força maior que possam justificar a interrupção dos serviços;

n) Toda a mão de obra fornecida pela contratada deverá estar devidamente uniformizada, utilizando o traje padrão da Prefeitura Municipal de Itatiaia. A camisa deve conter o logotipo da contratada estampada no bolso frontal, enquanto na parte das costas deve constar a inscrição "A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIAIA". Todos os textos devem ser claramente visíveis e em tamanhos adequados.

o) A Contratada deverá fornecer toda e qualquer informação solicitada pela Prefeitura Municipal de Itatiaia/RJ;

p) As despesas relacionadas à execução do objeto são de total responsabilidade da Contratada;

q) A Contratada deverá disponibilizar um funcionário e dispor de número telefônico e e-mail para contato imediato da Contratante;

r) A Contratada deverá informar a Contratante sobre qualquer dificuldade, imprevisto ou alteração no objeto, com a devida justificativa;

s) Demais obrigações previstas no edital licitatório e seus anexos;

Das Obrigações da Contratante

a) Efetuar o pagamento à Contratada, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos;

b) Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares à execução do objeto;

c) Notificar, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da execução do objeto;

d) Demais obrigações previstas no Edital Licitatório e seus anexos.



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO, REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO

O processamento para pagamento observará a legislação pertinente à legalidade da despesa pública (Decreto Municipal n.º 3.316/19 e Instrução Normativa CGM n.º 01/22);

§1º. O pagamento dos serviços executados será efetuado por serviços efetivamente realizados e aceitos, de acordo com as medições efetuadas pela fiscalização do contrato.

§2º. Para efeitos de pagamento, a Contratada deverá apresentar documentos de cobrança constando de forma discriminada a efetiva discriminação do serviço prestado, o quantitativo de serviço efetivamente prestado, informando ainda o nome e número do banco, agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado;

§3º. A Contratada deverá apresentar, juntamente aos documentos de cobrança, Certidão de comprovação de regularidade junto as Contribuições Previdenciárias, junto ao FGTS, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

§4º. A Contratada deverá apresentar Nota Fiscal Eletrônica com **QR CODE** ou **CÓDIGO DE BARRAS**;

§5º. Caso o objeto executado seja faturado em desacordo com as disposições previstas neste Edital, no Termo de Referência anexo a este e no Contrato Administrativo gerado para a sua execução, ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a licitante vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento;

§6º. Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do seu recebimento, o fiscal do Contrato deverá encaminhá-lo para pagamento;

§7º. Havendo atraso no pagamento que tenha dado causa a Contratante, a Contratada fará jus a 0,033% (trinta e três milésimo por cento) por dia útil de atraso, calculado sobre o valor da fatura em atraso, fazendo jus a Contratante ao mesmo percentual de desconto em caso de antecipação do pagamento;

§8º. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante os primeiros 12 (doze) primeiros meses de vigência contratual;

§9º. Após esse prazo, o valor do Contrato poderá ser reajustado, havendo solicitação de reajuste pela Contratada, tendo por base o mês de formalização das propostas que estimaram a licitação, constante do processo administrativo, com base na variação dos índices IGPM, INPC, IPCA, corrigindo-se o valor contratado pelo índice que se mostrar mais vantajoso à Contratante;

§10º. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

§11º. Em caso de solicitação de reequilíbrio do contrato, o mesmo deverá ser processado nos termos da alínea “d” do inciso II do artigo 124 da Lei 14.133/21, sendo vedado pedidos quando estes decorrerem de atrasos na execução por culpa da CONTRATADA;

§12º. A repactuação, quando houver, será processada e julgada nos termos do art.135 da Lei Federal 14.133/2021;

§13º. Os casos de aditamento ou supressão serão processados nos termos da alínea “b” do inciso I do artigo 124 c/c o artigo 125 todos da Lei 14.133/21 nos limites ali permitidos.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente desta licitação correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

a) Projeto/Atividade: 2.024, **Elemento:** 3.3.90.34.00, **Fonte de recurso:** 1500 da Secretaria Municipal de Educação;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

b) Projeto/Atividade: 2.025, **Elemento:** 3.3.90.34.00, **Fonte de recurso:** 1500, da Secretaria Municipal de Educação;

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos termos do art. 124, da Lei Federal 14.133/2021;

§1º. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto contratado

§2º. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei n° 14.133/2021 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

§3º. Toda e qualquer alteração contratual deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, devendo ser formalizada por meio de aditamento e lavrado antes do término do prazo contratual.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores;

§1º. A rescisão, se houver, dar-se-á por meio de processo administrativo próprio, por motivos devidamente comprovados e justificados;

§2º. Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo CONTRATANTE, deduzidos os débitos existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

No caso de descumprimento do disposto no contrato ou cometimento das faltas dispostas no artigo 155, da Lei Federal nº 14133/2021, o Município, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da Lei Civil, aplicará à Contratada, conforme o caso, as penalidades previstas no artigo 156 da mesma Lei, observado a ampla defesa e contraditório, pela ordem, as seguintes penalidades:

I) Advertência escrita - comunicação formal de desacordo quanto à conduta do fornecedor sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

II) Multa - deverá observar os seguintes limites máximos:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento ou serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obra não cumprida;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou da Ata de Registro de Preços, independente da aplicação de outras sanções previstas em lei, nas hipóteses de o adjudicatário se recusar a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços, ou não aceitar ou retirar a ordem de fornecimento, caso de recusa em efetuar a garantia contratual ou apresentar documentos irregulares ou falsos;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento, serviço ou obra não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;



Folha nº	P M I
PROCESSO Nº	VISTO
5824/2024	

III) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido as infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155;

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, quando cometido as infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo.

§1º. As multas moratórias e administrativas aplicadas serão descontadas do valor da garantia prestada, retidas dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município à Contratada, caso os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga por meio de guia própria ou cobrado judicialmente;

§2º. No caso de reincidência específica, a multa moratória deverá corresponder ao dobro do valor daquela que tiver sido inicialmente imposta, porém deverá observar sempre o limite máximo de 20% (vinte por cento) do valor da contratação;

§3º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV da cláusula 8.1 poderão ser aplicadas cumulativamente à prevista no inciso II, assegurado o direito de defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA INTEGRALIDADE

Integram o presente Contrato o Pregão Eletrônico n.º ____/2024 e seus anexos, a proposta financeira da Contratada e o Processo Administrativo n.º 5824/2024, independente de transcrição ou menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A legislação aplicável à execução deste Contrato é a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações, a Lei Complementar n.º 123/2006 e o Decreto Municipal nº 4.463/2024 no que couber e principalmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

O Foro para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato é o da Comarca de Itatiaia, pelo privilégio do § 1º, do art. 92, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença das testemunhas abaixo:

Itatiaia/RJ, ____ de _____ de 2024.

Márcia Cristina de S. C. Sabadine
Secretaria Municipal de Educação
(Contratante)

Sr. (a)
Empresa
(Contratada)

Testemunhas:

1) _____ CPF nº. _____.

2) _____ CPF nº. _____.